A FORMAÇÃO E O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORTE E SUL DO BRASIL: Experiência no Procad Amazônia

Marinez Gil Nogueira Cunha, UFAM; Doutora; marinezgil@hotmail.com.br

Coordenador

Vera Lucia Batista Gomes, UFPA; Doutora; veralucia@ufa.br

Hamida Assunção Pinheiro, UFAM; Doutora; hamida@ufam.edu.br

Jane Cruz Prates, PUCRS; Doutora; jprates@pucrs.br

RESUMO

A mesa centra sua discussão sobre a experiência da interação científica entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, em que está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre a formação e o trabalho do assistente social no norte e no sul do Brasil. O objetivo da investigação é conhecer as aproximações e as particularidades da formação e do trabalho profissional. O primeiro artigo apresenta o relato da experiência do referido projeto no âmbito do Procad Amazônia, enfatizando o escopo e os procedimentos metodológicos da pesquisa a ser realizada, bem como traz uma revisão bibliográfica referente aos artigos de avaliações das experiências anteriores do Procad. O segundo artigo discute a formação profissional no Serviço Social no âmbito da Pós-graduação brasileira, discorrendo sobre a realidade dos programas parceiros do projeto em questão. O terceiro texto aborda alguns apontamentos acerca da temática trabalho profissional do assistente social no cenário de crise do capital e de retrocesso de direitos, com destaque para o projeto ético-politico. Por fim, o quarto artigo tece algumas reflexões sobre a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional do assistente social. Assim, constituição de uma rede de pesquisa sobre Formação e Trabalho do Assistente Social é o eixo basilar do fortalecimento dos Programas de pós-graduação envolvidos neste projeto, em razão do intercâmbio entre docentes, discentes e grupos de pesquisa.

Palavras-chave: 1. Serviço Social 2. Formação 3.Trabalho

ABSTRACT

The table focuses its discussion on the experience of scientific interaction between the Federal University of Amazonas (UFAM), the Federal University of Pará (UFPA) and the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS) in the National Program for Academic Cooperation in the Amazon, in which research is being developed on the formation and work of the social worker in northern and southern Brazil. The objective of the research is to know the approaches and particularities of training and professional work. The first article presents the report of the experience of this project within the scope of the Amazon Procad, emphasizing the scope and methodological procedures of the research to be carried out, as well as brings a bibliographic review referring to the articles of evaluations of the previous experiences of Procad. The second article discusses professional training in Social Work in the brazilian post-graduation, discussing the reality of the partner programs of the project in question. The third text addresses some notes about the theme of the social worker's professional work in the scenario of capital crisis and rights setback, with emphasis on the ethical-political project. Finally, the fourth article presents some reflections on the indissociability between the training and professional work of the social worker. Thus, the establishment of a research network on Social Worker Training and Work is the basic axis of strengthening the graduate programs involved in this project, due to the exchange between professors, students and research groups.

Keywords: 1.Social Work 2. Trainig 3.Work

ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO E TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORTE E SUL DO BRASIL: A experiência no Procad Amazônia

Marinez Gil Nogueira Cunha[1]

RESUMO
O tema central do estudo é a Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social. A pesquisa é interinstitucional e está vinculada ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad Amazônia), que estabeleceu uma cooperação entre os Programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /PUCRS e da Universidade Federal do Pará/ UFPA. Trata-se de um relato de experiência, enfatizando a pesquisa a ser realizada no âmbito do Procad Amazônia, e também apresenta uma revisão bibliográfica referente aos editais e aos artigos de avaliações das experiências anteriores do Procad. Ao final são apresentados os principais resultados da referida cooperação acadêmica nos dois primeiros anos e suas repercussões para o fortalecimento dos programas parceiros.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação. Trabalho. Cooperação Acadêmica.

ABSTRACT: The central theme of the study is the Training and Professional Work of Social Workers. The research is inter-institutional and is linked to the National Program for Academic Cooperation in the Amazon (Procad Amazônia), which established cooperation between the Postgraduate Programs in Social Work at the Federal University of Amazonas/UFAM, at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do South /PUCRS and the Federal University of Pará/UFPA. It is an experience report, emphasizing the research to be carried out within the scope of Procad Amazônia, and also presents a bibliographical review regarding the notices and articles of evaluations of the previous experiences of Procad. At the end, the main results of the aforementioned academic cooperation in the first two years and its repercussions for the strengthening of partner programs are presented.

Keywords: Social service. Formation. Work. Academic Cooperation.

1. INTRODUÇÃO

[1] Professora Doutora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (desde 2008). É a coordenadora geral do Procad Amazônia pela UFAM (instituição proponente deste projeto). E-mail: marinezufam@gmail.com.

O artigo apresenta a experiência de cooperação acadêmica realizada no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), sendo este o Procad Amazônia, edital da CAPES nº 21/2018. Esta vivência de cooperação interinstitucional tornou-se possível a partir da aprovação do Projeto de pesquisa intitulado "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", por meio da parceria entre os programas de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Procad vem se consolidando como importante instrumento de fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação e de qualificação da formação profissional de nível superior no Brasil. A experiência a ser relatada neste artigo ratifica este entendimento, tendo em vista que nos dois primeiros anos do projeto já é possível verificar resultados exitosos de fortalecimento, produção de conhecimento e troca de saberes entre os programas de pós-graduação em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) envolvidas na cooperação acadêmica.

Assim, a estrutura deste artigo está composta de duas partes. Na primeira será apresentada uma breve abordagem dos aspectos históricos que condicionaram a criação do Procad Amazônia, destacando os objetivos do programa e as estratégias voltadas para a busca de redução das disparidades regionais na pós-graduação brasileira. Na segunda parte do desenvolvimento do artigo é apresentado um relato da experiência de cooperação acadêmica estabelecida entre a UFAM, PUCRS e UFPA, dando destaque para a proposta de pesquisa que será desenvolvida neste projeto com foco na Formação e Trabalho do Assistente Social.

Para a construção do artigo foi realizado, enquanto metodologia, um levantamento bibliográfico referente aos editais e aos artigos de avaliações das experiências anteriores do Procad.

Por fim, nas considerações finais busca-se demonstrar que a parceria estabelecida tem sido extremamente rica para todos os envolvidos em termos de troca de conhecimentos, saberes e cultura.

2. PROCAD AMAZÔNIA E A POLÍTICA DE REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Antes de entrar especificamente na abordagem da cooperação entre a UFAM, PUCRS e UFPA no âmbito do Procad Amazônia é necessário situar os antecedentes históricos do referido programa.

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) tem sido implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde o ano 2000 (primeiro edital), com o objetivo de promover a qualificação do corpo docente do ensino superior mediante o desenvolvimento de projetos de pesquisas de forma integrada e cooperativa. A intenção institucional foi elevar os níveis de qualidade da pós-graduação brasileira de forma mais equilibrada, visando a redução das disparidades regionais (BRASIL, 2005a).

As assimetrias regionais na pós-graduação brasileira são vistas como resultantes do processo de desenvolvimento da pós-graduação no país, que se iniciou de modo bastante fragmentado e isolado (GOMES; ROCHA NETO, 2011). Por essa razão, é uma temática que sempre foi alvo dos Planos Nacionais de Pós-graduação.

> A partir da análise dos Planos Nacionais de Pós-Graduação – I PNPG (1975-1979), II PNPG (1982-1985) e III PNPG (1986-1989) –, é possível constatar que a política de pós-graduação no Brasil teve inicialmente o objetivo de capacitar os docentes das universidades. Posteriormente, houve preocupação com o desempenho do sistema de pós-graduação e, finalmente, ganhou destaque o desenvolvimento da pesquisa na universidade, como forma de impulsionar a pesquisa científica e tecnológica e atender às prioridades nacionais. Entretanto, a preocupação com as disparidades regionais na pós-graduação não deixou de ser enfatizada pela referida política (MOURA & NETO, 2015, p.721).

A análise histórica dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) no Brasil revela que a política de pós-graduação teve como foco inicial a capacitação dos docentes das universidades e, posteriormente, a busca de melhoria do sistema de pós-graduação sem perder de vista a preocupação com a redução das disparidades regionais. É possível verificar que o III Plano Nacional de Pós-Graduação visou incentivar a formação de redes cooperativas de pesquisa, qual fomentou estratégias

para “estimular formas de cooperação entre programas de pós-graduação, incluindo intercâmbio de pesquisadores e estudantes, uso comum de equipamentos e realização de pesquisa interdisciplinar e/ou multi-institucional” (BRASIL, 2005b, p. 210).

Portanto, o Procad é uma importante estratégia para a implementação das diretrizes previstas na Política Nacional de Pós-Graduação, que buscam a consolidação do sistema de Pós-Graduação por meio da melhoria do desempenho e do fortalecimento da produção de conhecimento científico em nível nacional. Assim, o Procad estimula:

> [...] a formação de parcerias entre instituições com programas de excelência com outras ainda em evolução para criação de novos programas, por meio da realização de missões de estudo, pesquisa e docência e estágio pós-doutoral, possibilitando a interação entre as equipes e consolidando as redes de cooperação (GOMES E ROCHA NETO, 2011, p. 48).

Observa-se que o Procad é um programa que estimula o uso compartilhado da infraestrutura das instituições de ensino superior, assim como de seus recursos humanos, visando criar condições que estimulem o desenvolvimento de projetos de pesquisa em rede, buscando o fortalecimento da produção de conhecimentos e da formação em nível de pós-graduação.

Assim, os programas de pós-graduação que são avaliados pela Capes com nota igual ou superior a 5 (considerados consolidados), associam-se a outros programas avaliados com notas 3 e 4 (cursos novos ou em fase de consolidação) para o desenvolvimento de projetos de cooperação em pesquisa e mobilidade acadêmica, que envolvem as seguintes ações: 1) mobilidade de docentes dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto para realização de missões de trabalho e de pesquisa no país, além de bolsas para pós-doutoramento de docentes; 2) mobilidade de estudantes no país, por meio da modalidade de auxílio moradia (bolsa para discentes de mestrado ou doutorado realizarem estágios em uma das Instituições parceiras), além de bolsa sanduíche no exterior (BRASIL, 2005a).

Por essa razão, o Procad é um programa considerado como a principal ação da Capes com foco na redução das disparidades regionais na pós-graduação, por

meio da indução ao estabelecimento de parcerias entre as instituições (CAPES, 2010).

Dentre as diretrizes e orientações do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2005-2010) destaca-se também o incentivo à redução das disparidades regionais na pós-graduação por meio da criação de programas para melhoria da qualidade da pós-graduação de modo geral (BRASIL, 2005a). E sob essa orientação o "Programa Acelera Amazônia foi criado, em 2006, no âmbito da linha de ação voltada à redução das assimetrias regionais. Nessa linha foi instituído o subprograma Procad-Amazônia" (MOURA, 2016, p. 24). Desse modo, verifica-se que a criação do referido programa esteve vinculada ao objetivo de redução das assimetrias com foco na região Amazônica brasileira.

> O Procad-Amazônia foi lançado em 2006, com o objetivo de apoiar projetos conjuntos de pesquisa realizados por instituições de ensino superior pertencentes à região amazônica em associação com outras instituições do país, proporcionando a ampliação da formação de mestres e doutores e da produção científica, o intercâmbio docente e discente, a criação de novos programas de pós-graduação e a fixação de doutores na Amazônia brasileira (MOURA & NETO, 2015, p.726).

O Procad Amazônia continuou em sua trajetória de cumprimento de sua missão institucional, e em 2018 a CAPES lançou o edital n.21 que tem por objetivo:

> [...] apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, os quais aprimorem a formação pós-graduada visando à melhoria da qualidade dos PPGs vinculados às Instituições dos estados da Região Norte e do estado do Maranhão, de modo a contribuir para a diminuição das assimetrias regionais observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG (BRASIL, 2018, P.01).

A abrangência do referido edital abarca os estados da Região Norte, ou seja, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Mas, também foram consideradas propostas encaminhadas por programas de pós-graduação (PPGs) do estado do Maranhão. Cabe ressaltar os seguintes objetivos do edital: "promover a consolidação dos PPGs nota 3 dos estados da Região Norte e do estado do Maranhão, de forma a estimular o aumento da nota dos cursos". Além de "estimular a interação científico-acadêmica de modo a constituir redes de cooperação". No sentido

de “contribuir para o equilíbrio regional da pós-graduação brasileira” (BRASIL, 2018, p.01).

O projeto PROCAD Amazônia cuja experiência será relatada neste artigo foi aprovado no referido edital n.21/2018 (CAPES), o qual teve inicio em outubro de 2018 com previsão de término em 2023.

3. A EXPERIENCIA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ENTRE UFAM, PUCRS E UFPA NO PROCAD AMAZÔNIA: A CENTRALIDADE DA PESQUISA.

A cooperação interinstitucional estabelecida entre os programas de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFAM, da UFPA e da PUCRS, sob a coordenação geral do primeiro programa (proponente do projeto), visa empreender a troca de conhecimentos, fortalecendo em especial os programas avaliados com nota 3 (UFAM) e nota 4 (UFPA) pela Capes no quadriênio de 2013 a 2016, em interface com um programa consolidado e avaliado com nota 6 (PUCRS).

O Procad tem como desafio promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação parceiros, por meio de intercâmbios, mobilidades docentes e discentes, incluindo também como objetivo a realização de processos de investigação conjunta. No caso do nosso Procad-Amazônia, os programas parceiros elegeram como temática de pesquisa a “Formação e o Trabalho do Assistente Social”, para conhecer as aproximações e as particularidades da formação e do trabalho profissional em duas regiões em pontos extremos do nosso país: Norte e Sul.

Assim, vem sendo desenvolvido um projeto de pesquisa nesta rede de cooperação acadêmica, que tem o seguinte título: *A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil.* Este projeto de pesquisa tem como objetivo buscar a ampliação e consolidação da reflexão teórico-metodológica sobre a formação e o trabalho do assistente social. Deste modo, o estudo tem a seguinte questão norteadora central de pesquisa: *Quais são as aproximações (aspectos universais) e as particularidades que conformam a formação e o trabalho profissional do assistente social em dois estados da região norte que compõem a Amazônia (Amazonas e Pará) e um estado da região*

Sul (Rio grande do Sul) do Brasil?. No sentido de responder a questão central da pesquisa foi necessário o desdobramento da investigação a partir das seguintes questões específicas: 1) Quais são as repercussões do contexto nacional de retração de direitos na formação e no trabalho profissional do assistente social?; 2) Quais são as orientações que dão direção à formação e ao trabalho profissional do assistente social no Brasil?; 3) Como se caracteriza e o que particulariza o trabalho do assistente social nos estados foco da pesquisa?; 4) Como e em que condições o trabalho do assistente social tem sido materializado nos estados pesquisados?; 5) Quais são as demandas e as competências requisitadas a essa profissão no tempo presente nos estados de abrangência da pesquisa?; 6) Como a formação, em nível de graduação e pós-graduação, tem respondido às requisições demandadas aos assistentes sociais pelo mercado e pela sociedade nos estados foco da pesquisa?.

Na atualidade, novos desafios se colocam nos mais variados espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais, e exigem o fortalecimento de algumas competências para dar conta de processos universais, bem como de outras competências que viabilizem o desvendamento das múltiplas determinações da questão social[2], no sentido de subsidiar o planejamento de intervenções que também contemplem as particularidades dos processos sociais. Nessa direção, o objeto de estudo da pesquisa deste projeto procad-Amazônia pretende problematizar aspectos universais e particulares que condicionam e caracterizam o trabalho do assistente social nas regiões norte (Amazônia) e sul do país e, também, analisar como a formação vem se conformando para dar conta desses desafios e contradições sociais expressas na realidade.

Por isso, este estudo exige uma reflexão sobre a conjuntura atual de agudização das expressões da questão social - objeto e matéria prima do trabalho profissional do assistente social. Pois no contexto presente, - marcado pelo retrocesso no âmbito dos direitos e dos processos democráticos, crescimento do conservadorismo e

[2] O aumento da desigualdade em face do crescimento da concentração de renda e das desigualdades provocadas pelo acirramento da contradição entre o capital e o trabalho impulsiona diversos autores a refletirem sobre as evidências do agravamento da questão social e sobre os contornos dramáticos da pobreza nos países em desenvolvimento.

precarização do trabalho e do ensino - é de fundamental importância problematizar o modo como o trabalho do assistente social vem sendo materializado, em que condições e como a fundamentação estabelecida pelas diretrizes da ABEPSS[3] vem sendo mediadas na formação básica e permanente desses profissionais.

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, o enfoque misto quanti-qualitativo será priorizado nesta investigação. As técnicas a serem utilizadas serão o levantamento bibliográfico para reconstituir o contexto histórico-social de emergência da profissão de Serviço Social, e o levantamento documental, em que se pretende avaliar através de análises de matrizes curriculares (e outros documentos) como as Instituições de Ensino Superior (IES) vem respondendo aos desafios da formação, atendendo aos requisitos exigidos para a inserção profissional no mercado de trabalho e, também, de formação de um profissional crítico. Por isso, serão realizadas análises documentais das normativas educacionais e orientações para a formação em cada estado do país que compõe essa rede de cooperação. Também será realizado o levantamento de dados primários em pesquisa de campo - por meio da aplicação do questionário (*online*) com os assistente socias inscritos no CRESS de cada estado, a realização de entrevistas diretas com os coordenadores de graduação e pós-graduação, além de coletas grupais com docentes e discentes (grupos focais).

Na aplicação de questionários *on-line* (coleta de dados quantitativos), os sujeitos de pesquisa (informantes-chave) serão os profissionais assistentes sociais graduados nos estados e com vínculo ativo junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O universo de pesquisa, desta modalidade quantitativa, se constitui de 26.083 profissionais assistentes sociais atuantes nas regiões norte e sul do Brasil, com recorte em três unidades da federação, quais sejam, o estado do Amazonas e o estado do Pará na região norte e a região sul representada pelo estado do Rio Grande do Sul. Este universo de assistentes sociais se distribui geograficamente conforme suas inscrições nos respectivos Conselhos Regionais de

[3] Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) "é uma entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada" (ABEPSS, 2020, s/p).

Serviço Social (CRESS) dos estados envolvidos no estudo, como se segue: Amazonas com 6.615 profissionais registrados no CRESS 15° Região, representando 25,4% do universo, Pará com 9.386 profissionais registrados no CRESS 1° Região, representando 36% do universo e Rio Grande do Sul com 10.082 profissionais registrados no CRESS 10° Região, o que corresponde a 38,7% do universo da pesquisa.

Os procedimentos técnico-operativos adotados para o cálculo do tamanho da amostra (para aplicação do questionário *on-line*) foram realizados a partir das informações fornecidas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social de cada unidade da federação que compõem o escopo da pesquisa. Assim, foi utilizada uma fórmula para o cálculo da amostra para populações finitas, isto é, quando conhecemos o número total da população ou universo do estudo. Esta fórmula tomou como base o grau de confiaça de 95% e de margem de erro de 4%. A definição da amostra foi feita por um profissional estatístico que compõe a equipe de pesquisa[4].

A partir das premissas da fórmula para populações finitas chegou-se ao cálculo da amostra no quantitativo de 587 profissionais que irão responder o questionário *on-line* da pesquisa, com a seguinte distribuição proporcional conforme a representação relativa em termos percentuais dos contingentes de profissionais registrados nos CRESS da 1°, 10° e 15° região (totalizando 26.083 profissionais registrados no conjunto das três regionais do CRESS). Desta forma, a repartição da amostra de 587 questionários ficou assim distribuída: No Amazonas, serão aplicados 149 questionários, o que representa 25,4% do total do universo de estudo. No Pará, o número de respondentes ao questionário será 211, representando 36% do universo da pesquisa. O Rio Grande do Sul contará com 227 respondentes do questionário, representando 38,7% deste universo.

[4] Dr. Welson de Sousa Cardoso - Doutor em Ciências Socioambientais (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), Estatístico, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (2009), Especialista em Estatística pela Universidade Federal do Pará em Cooperação Interinstitucional com a Universidade de São Paulo (1997). Professor Adjunto na Faculdade de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

A partir desta amostra de pesquisa (587 assistentes sociais) será possível desenvolver a modalidade quantitativa da pesquisa de campo, qual terá como indicadores do levantamento de dados: locais de inserção dos profissionais; competências requisitadas nos diferentes espaços socio ocupacionais; condições de trabalho; repercussões do contexto da pandemia sobre as condições de trabalho e saúde; necessidades e interesse quanto à formação permanente.

Em um segundo momento, como estratégia complementar da modalidade quantitativa da pesquisa serão implementados instrumentos de natureza qualitativa, mediante a realização de entrevistas diretas com representantes de Instituições de Ensino Superior (IES) dos estados focos do estudo (coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação) e também coletas grupais (grupos focais) com graduandos, pós-graduandos e professores de 2 (duas) IES de cada Estado, sendo uma pública e outra privada. Devido o contexto pandêmico, as entrevistas e os grupos focais irão ocorrer à distância, por videoconferência, através da Plataforma do *Google Meet*, podendo reunir nos grupos focais até 12 participantes, sejam alunos ou professores.

Para análise de dados, o estudo utilizará da técnica da triangulação, de análise estatística e da técnica de análise de conteúdo. A técnica de triangulação, será utilizada no intuito de garantir, como destaca Trivinõs (1995), que sejam aportados ao estudo a análise do contexto histórico-social, a voz dos sujeitos e a análise de documentos. A partir dos resultados da pesquisa, busca-se problematizar os aspectos que condicionam e caracterizam a formação e o trabalho do assistente social no norte e no sul do país.

Portanto, a pesquisa articula a discussão sobre o trabalho e a formação no âmbito da graduação e pós-graduação, buscando contribuir para o adensamento dessas reflexões, além de fomentar a formação de recursos humanos em Serviço Social de alto nível e auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa e na consolidação de Programas de Pós-Graduação envolvidos neste projeto Procad Amazônia.

Além do desenvolvimento do projeto de pesquisa, a cooperação acadêmica vem sendo materializada mediante ações simultâneas de interação científico-

acadêmica, que estão sendo realizadas por meio de um conjunto de ações que ocorrerão ao longo de todo o processo investigativo e em algumas ocasiões em simultaneidade com as coletas de dados, dentre essas ações destacam-se: 1) Encontros presenciais e virtuais (on-line) entre as equipes para a troca de conhecimentos e produção integrada de novos aportes à temática em estudo; 2) Reuniões sistemáticas com as coordenações das IES e pesquisadores por vídeo conferência para planejar os processos de investigação e realizar totalizações provisórias; 3) Realização de processos de assessoria, aulas abertas, organização de eventos (seminários, oficinas), entre outras atividades acadêmicas que foram programadas pelo coletivo da equipe de pesquisa, de acordo com as principais necessidades de cada grupo das IES onde a missão de trabalho for realizada; 5) mobilidade de discentes (missões de estudo) entre as três instituições parceiras anualmente; 5) Realização de missões de trabalho (mobilidade docente) das equipes das três IES parceiras para debate do estudo em andamento e realização de minicursos anualmente; 6) Mobilidade de docentes para pós-doutoramento das IES do norte para o sul.

Os anos de 2019, 2020 e 2021 foram intensos e repletos de desafios trazidos pelo processo de execução do nosso projeto do Procad-Amazônia no contexto de pandemia da Covid-19. A intensidade do trabalho pode ser mensurada pelos seguintes resultados: 1) Produção bibliográfica por meio da publicação de 3 livros; 2) Realização conjunta (UFAM, UFPA e PUCRS) de um evento nacional, que foi o primeiro Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde - I ENTIS; e 3) Realização de dois Seminários *On-line,* sendo o primeiro em 2020 e o segundo em 2021, organizados pelas três IES parceiras no contexto da pandemia.

Em relação à produção bibliográfica no âmbito do projeto Procad Amazônia, o programa de pós-graduação em Serviço Social da UFAM (instituição proponente) lançou duas coletâneas com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas – FAPEAM. Uma em 2019, com o título "Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade". A segunda em 2020, com o título "Serviço Social e os dilemas da saúde em tempos de pandemia. O terceiro livro também foi lançado em 2020 com o título "PROCAD Amazônia: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil", sendo

uma obra financiada com recursos do próprio projeto Procad-Amazônia. Os três livros foram elaborados com capítulos de docentes da UFAM, PUCRS e UFPA, e foram publicados pela Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, em parceria com uma editora de São Paulo, a Alexa Cultural.

No que se refere à realização conjunta de um evento nacional, o primeiro Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde (I ENTIS) foi realizado em 2019, e constituiu-se como um espaço de discussão interdisciplinar sobre a política de saúde pública brasileira na atualidade, dando ênfase ao financiamento e a reconfiguração do Sistema Único de Saúde (SUS). O evento teve como principal objetivo socializar o conhecimento produzido sobre a temática no contexto brasileiro, permitindo diálogos frutíferos entre pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação e profissionais das áreas de Serviço Social, Ciências Sociais, Psicologia, Medicina, Enfermagem, dentre outros. No final registramos 386 inscrições confirmadas. Em relação aos resultados alcançados, destaca-se que foram desenvolvidas duas (02) conferências (uma na abertura e outra no encerramento), três (03) mesas redondas, uma (01) palestra, sete (07) minicursos. Ainda, o evento teve um total de 107 submissões de trabalho.

No que concerne à realização de dois Seminários *On-line,* o primeiro foi realizado em 2020 e teve como título do evento: "Formação e Trabalho em Serviço Social em Tempos de Pandemia: Reflexões no âmbito do PROCAD/Amazônia". Na programação foram realizadas três mesas redondas. A primeira teve como tema "A Formação em Serviço social em tempos de Ensino Remoto emergencial: desafios na Graduação e Pós-Graduação". A segunda mesa abordou o **"**Trabalho Profissional do Assistente Social: os desafios e estratégias em tempos de pandemia da COVID 19". Já a terceira mesa tratou sobre a "Cooperação acadêmica entre UFAM, UFPA e PUCRS: Troca Cultural e de Saberes", que foi discutida pelos discentes que realizaram mobilidade em 2019. O segundo seminário *on-line* foi realizado em 2020 e teve como título do evento **"**O Trabalho e a Formação Profissional do/a Assistente Social**".** Na programação também foram realizadas três mesas redondas. A primeira mesa redonda teve como tema **"**A importância do Procad para a Pós-Graduação". A segunda mesa redonda tratou sobre as "Atribuições e competências do trabalho do/a

Assistente Social e sua mediação nos espaços socio ocupacionais". E por último, a terceira mesa redonda abordou as "Diretrizes da ABEPSS para Graduação e Orientações para a Pós-Graduação".

Por fim, destaca-se que o debate sobre o tema da formação e do trabalho profissional do Assistente Social, no âmbito do nosso projeto no Procad Amazônia, esteve sempre presente tanto na produção bibliográfica quanto nos títulos dos eventos realizados. Destaca-se nessa discussão que foi necessária a mediação com o Estado e as políticas públicas, visando um processo de análise mais substantivo sobre o Serviço Social, debate este que é de fundamental importância para a área também em âmbito nacional, haja vista a requisição desse profissional pela sociedade nos mais diversos espaços socio ocupacionais.

4. CONCLUSÃO

É indubitável que existem diferenças marcantes entre os estados brasileiros que compõe a região norte do Brasil, particularmente os estados do Amazonas e Pará, que apresentam características sociais, econômicas e políticas distintas do Sul do país.

As assimetrias regionais na pós-graduação e os diferentes níveis de desigualdades sociais entre as regiões norte e sul do Brasil é uma triste realidade. Mas apesar das disparidades regionais que nos afastam, é preciso reconhecer que as três IES parceiras deste Procad Amazônia compartilham os mesmos compromissos éticos, políticos e sociais, no que se refere a um projeto societário mais justo e igualitário que deveria ser base do nosso exercício profissional. Assim, constata-se que existe um eixo central que nos aproxima, qual se refere ao compromisso com um ensino de qualidade orientado pelo Projeto ético Político da Profissão de Serviço Social, pois somos programas de pós-graduação filiados à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, cujos cursos de graduação seguem as Diretrizes Curriculares da Associação, assim como os Programas de Pós-Graduação se organizam a partir de suas orientações.

Os dois primeiros anos (2019 e 2020) do Procad Amazônia foram de descobertas, em que foi possível conhecer as regiões dos parceiros, sua cultura, seus modos de vida e suas especialidades. Na dinâmica de trabalho desses anos ocorreram reuniões de planejamento, missões de trabalho docente, missões de estudos de discentes e estágios pós-doutorais. Apenas no ano de 2019 tivemos a oportunidade de realizar a cooperação acadêmica mediante atividades e/ou encontros presenciais que ocorreram no Amazonas na UFAM. Em 2020 e 2021, as atividades continuaram sendo realizadas totalmente remotas em decorrência da pandemia. Ressalta-se que a realização da pesquisa de campo está prevista para o segundo semestre do corrente ano. É possível dizer que mesmo diante das adversidades da conjuntura atual no nosso país, o trabalho de cooperação acadêmica esteve a pleno vapor.

Por fim, é possível constatar que a cooperação acadêmica trouxe a oportunidade do fortalecimento dos programas parceiros e possibilitou o convívio afetuoso, que efetivamente representa ganhos coletivos na ampliação da qualificação dos Programas de pós-graduações envolvidos neste projeto. Apesar das adversidades do contexto nacional da pandemia, a cooperação acadêmica vivenciada neste projeto nos demonstra que as parcerias interinstitucionais são alternativas importantes de resistência frente ao contexto perverso do tempo presente.

A cooperação entre as IES motivou resistências comuns mesmo diante das particularidades de cada estado parceiro, pois a troca exitosa de experiências nos fortaleceu frente aos desafios das assimetrias regionais ainda existentes e agravados pelo contexto político e econômico adverso em plena pandemia. A constituição de uma rede de pesquisa sobre Formação e Trabalho do Assistente Social é o eixo basilar do fortalecimento dos Programas de pós-graduação envolvidos neste projeto Procad Amazônia, em razão do intercâmbio e da aproximação entre docentes, discentes e grupos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Quem somos**. Disponível em: http://www.abepss.org.br/quem-somos-1. Acesso em 15 de outubro de 2020.

BRASIL. **Instruções para apresentação de projetos do programa nacional de cooperação acadêmica**: edital PROCAD nº 01/2005. Brasília: Capes, 2005a.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2005-2010**. Brasília: Capes, 2005b.

BRASIL. **Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia.** Edital n.21/2018, Brasília: Capes, 2018.

CAPES. **Relatório de gestão da CAPES: 2004-2010**. Brasília: CAPES, 2010.

GOMES, D. B. B. A. G; ROCHA NETO, I. Avaliação de progresso do programa nacional de cooperação acadêmica – novas fronteiras – edição 2007 e oportunidades de formação de redes cooperativas nas áreas estratégicas e tecnologias portadoras de futuro. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.48. Brasília: 2011. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a10.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

MOURA, Elci Vieira de & NETO, Ivan Rocha. **O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) na visão dos avaliadores de projetos**. RBPG, Brasília, v. 12, n. 29, p.719 - 739, dezembro de 2015.

MOURA, Elci Vieira de. **Avaliação do programa nacional de cooperação acadêmica – PROCAD.** Tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, RS: 2016. PDF.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E AS EXPERIÊNCIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO DOS PROGRAMAS PARCEIROS NO PROCAD AMAZÔNIA: UFAM, UFPA e PUC/RS

Vera Lúcia Batista Gomes[5]

RESUMO: O artigo se propôs analisar e refletir sobre a experiência da formação Pós-Graduada em Serviço Social, dos Programas de Pós-graduação (PPGSS-UFPA; PPGSS/UFAM e PPGSS/PUCRS) que integram o projeto de cooperação Acadêmica "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", no Âmbito do PROCAD-Amazônia, tendo por base dados secundários obtidos nos Relatórios Sucupiras dos PPGSS's; Relatório Anual desse Projeto de cooperação; estudos sobre a caracterização dos estados dos respectivos programas, que foram analisados a luz da teoria marxista, o que possibilitou evidenciar que o PROCAD-Amazônia se constitui, contraditoriamente, um espaço de resistência, visto que, tem na sua base a solidariedade entre os programas, objetivando alavancar aqueles que se encontrassem mais fragilizados diante da lógica mercantil da política de pós-graduação, no Brasil, o que impõe cortes no orçamento da educação pública, no desfinaciamento a pesquisa, de bolsas, redução de concursos públicos, dentre outros que dificultam o fortalecimento dos PPGSS's em processo de consolidação.

Palavras Chaves: Serviço Social. Política de Pós-Graduação no Brasil. Pós-Graduação em Serviço Social. PROCAD.

ABSTRACT: The article aims to analyze and reflect on the experience of Postgraduate training in Social Work, of Postgraduate Programs ((PPGSS-UFPA; PPGSS/UFAM and PPGSS/PUCRS) that are part of the Academic cooperation project "A Training and Professional Work of the Social Worker: approximations and particularities between North and South of Brazil", within the Scope of PROCAD-Amazônia, based on secondary data obtained from the Sucupiras Reports of the PPGSS's; Annual Report of this cooperation project; studies on the characterization of the states of the respective programs, which were analyzed in the light of Marxist theory, which made it possible to show that PROCAD-Amazônia constitutes, contradictorily, a space of resistance, since it has at its base the solidarity between the programs, aiming to leverage those that they were more fragile in the face of the mercantile logic of the postgraduate policy in Brazil, which imposes cuts in the budget of public education, in the lack of financial resources. I maintain research, scholarships, reduction of public tenders, among others that make it difficult to strengthen the PPGSS's in the process of consolidation.
Keywords: Social Service. Graduate Policy in Brazil. Postgraduate in Social Work. PROCAD

[5] Assistente social, mestre em Serviço Social (UFPA); doutora em sociologia do trabalho pela Université de Picardie "Jules Verne-Amiens/France; docente do curso de graduação e Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA. E-mail: veragomesbelem@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre a experiência da formação Pós-Graduada em Serviço Social, dos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM) e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Escola de Humanidades – PUCRS, da Pontífice Universidade Católica – PUC/Rio Grande do Sul, que integram o projeto de cooperação Acadêmica "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", aprovado pelo Programa de Cooperação Acadêmica-PROCAD/Amazônia, Edital da CAPES nº 21/2018, para o período de 2019 a 2023.

O interesse pela elaboração do referido artigo se deu pelo fato de que o mencionado projeto de cooperação envolve três instituições de ensino que de um lado, apresentam similaridades no que concerne ao compromisso com uma formação de recursos humanos de qualidade, ao fortalecimento de grupos de pesquisas que contribuem para a consolidação dos Programas de Pós-Graduação, e de outro, possuem diferenças em termos da nota atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ou seja: PPGSS/UFAM (nota 3), PPGSS/UFPA (nota 4) e PPGSS/UFRGS (nota 6) que é um programa consolidado. Dessa forma, essa cooperação interinstitucional objetiva contribuir para o aprimoramento dos dois PPGSS da Região Norte do país, por meio da solidariedade entre os três programas. Acrescenta-se a isso, as assimetrias regionais que vem impactando na consolidação de certos PPGSS's, a exemplo dos PPGSS's da UFAM e da UFPA.

Segundo Guerra (2011), a pós-graduação no Brasil foi instituída obedecendo a uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, portanto, "instrumentalizada para responder, diretamente, às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado" (p.15). Trata-se de uma política de educação superior que apresenta clara influência do Acordo de Bolonha, a qual rompe com o tripé ensino, pesquisa e extensão que a sustenta, conduzindo ao aligeiramento dos cursos, não priorizando "a pesquisa inovadora que passa a ser privilégio dos Programas de Excelência, os

únicos que possuem certa autonomia para gerir seus próprios recursos" (GUERRA, 2011, p. 19). Assim, os programas de Pós-Graduação são submetidos a uma avaliação realizada pela CAPES que tem como orientação a indução da produção, a partir de uma lógica competitiva e hierárquica, com base em critérios que fogem à natureza e à lógica da produção das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas, sem considerar as diferenças de cada área, assim como, as diferenças regionais (GUERRA, 2011).

É nesta perspectiva que o PROCAD ganha importância, na medida em que, contraditoriamente, se constitui estratégico para a consolidação do sistema de Pós-Graduação, no Brasil, fomentando a formação de parcerias entre PPG's de excelência como outros PPG's que, ainda, se encontram em processo de consolidação, contribuindo, assim, para a melhoria do desempenho e do fortalecimento da produção de conhecimento científico em nível nacional. Sendo assim, o projeto de cooperação acadêmica "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", se constitui em um programa que possibilita o desenvolvimento de projetos de pesquisa em rede, o intercâmbio entre discentes e docentes, a produção coletiva de conhecimentos entre os pesquisadores das IES's envolvidas, bem como, a formação qualificada em nível de pós-graduação, dentre outros. Desta forma, considerou-se importante se interrogar: Quais são as particularidades da experiência desse Projeto de cooperação, considerando as aproximações e as diferenças regionais Norte e Sul do Brasil? Quais são as contribuições do referido projeto para a formação pós-graduada em Serviço Social, sobretudo, no contexto do Estado ultraneoliberal brasileiro, com um governo negacionista, protofacista, anticiência que desfinancia a pesquisa, em particular, na área das ciências humanas/sociais aplicadas e desqualifica as universidades públicas?

A tentativa de responder essas questões conduziu a efetuar breves considerações sobre os referidos PPGSS, bem como, sobre as contribuições do âmbito do PROCAD – Amazônia, para a formação pós-graduada em Serviço Social. Ao final foram efetuadas considerações evidenciando os principais resultados encontrados, a partir da elaboração deste trabalho. O artigo é tributário de dados

obtidos em fontes secundárias, a saber: Relatórios Anuais das ações do referido Projeto; Relatório Sucupira dos PPGSS's referente ao ano de 2020; de artigos produzidos por docentes pesquisadores dos respectivos PPGSS'S, bem como, por autores que possuem significativa experiência na Pós-Graduação em Serviço Social, no Brasil, a exemplo de Guerra (2011). Acrescenta-se a isso, a experiência vivenciada pela autora deste artigo, no PPGSS-UFPA, na condição de docente e gestora. Em que pese tais dificuldades e o contexto adverso para a formação pós-graduação, em Serviço Social, no Brasil, não se tem dúvidas da importância do PROCAD-Amazônia para a formação de recursos humanos de alto nível e o fortalecimento de grupos de pesquisas tão necessários para a consolidação dos dois Programas de Pós-Graduação do Norte do país.

2. A FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS PARCEIROS DO PROCAD AMAZÔNIA: UFAM, UFPA e PUC/RS

Analisar e refletir sobre a experiência da formação pós-graduada, em Serviço Social, no âmbito dos Programas de Pós-graduação que integram o projeto de cooperação acadêmica "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", no âmbito do PROCAD-Amazônia, conduziu, incialmente, a efetuar breves considerações acerca da criação da pós-graduação, no Brasil. A propósito, Guerra (2011) refere-se que neste país, a pós-graduação:

> obedece à mesma lógica de tantos outros processos históricos do Brasil e de outros países da América Latina: foi criada pelo alto, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira. Não é casual que ela adota um formato elitista e serve para constituir o que Netto (1990) denomina *mandarinato acadêmico* (p.6).

Assim, a pós-graduação, no Brasil, só pode ser entendida no contexto das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, em particular, na década de 1960, a partir das novas e antigas determinações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial que estabelece uma determinada relação excludente e subordinada dos países da América Latina, que se constituiu o solo histórico sobre o qual ela se ergue e a lógica que a justifica (GUERRA, 2011). Contudo, é na década

de 1970 que esse modelo de pós-graduação baseado no modelo MEC–Usaid, ganha corpo e se expande, mantendo, assim, a condição de dependência do Brasil por outros países e a heteronomia da pós-graduação, bem como, da própria universidade, em face do Estado e dos interesses do mercado que faz parte da sua tradição, tendência que nos dias de hoje apenas se acirra e se complexifica, pois:

> Apesar dos elementos de continuidade entre o atual projeto de pós-graduação no Brasil e aquele dos anos da sua criação, especialmente no que se refere aos interesses do capital, os anos 2000 consolidam um processo de sucateamento do ensino em todos os níveis reverberando na Pós-Graduação, o que põe em risco o seu padrão de qualidade acadêmica, que, contraditoriamente, marcou o projeto educacional da ditadura. A flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior no Brasil, no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro (...) (GUERRA, 2011, p.14-15).

Depreende-se, então, pelo exposto que a pós-graduação em Serviço Social deve ser compreendida no movimento histórico de avanços e retrocessos da política educacional brasileira e, em especial, nas orientações desta para a pós-graduação. Assim,

> o Serviço Social alcança sua maioridade acadêmica, inscrevendo-se como área de conhecimento em meados dos anos de 1970, quando então emerge e se estrutura a Pós-Graduação no Brasil. Antes disso, há uma longa trajetória histórica profissional orientada por um projeto de formação acadêmica tradicional e de produção de conhecimentos que priorizava a dimensão técnica-operativa, com base no positivismo e no funcionalismo, herdeiros do legado do Serviço Social estadunidense, conforme está expresso nas publicações que marcaram os anos de 1940 até 1960. Este projeto de formação de base tradicional só será questionado nos idos de 1965 a 1975 com o protagonismo do Movimento de Reconceituação latino-americano; este inaugurou, com suas referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, expressando a primeira articulação em torno de um projeto de formação profissional crítico (ABEPSS, 2015, p.2).

Desta forma, nos anos de 1980, constata-se um avanço da formação profissional em nível de pós-graduação em Serviço Social, no Brasil, o que pode ser evidenciado pela expressiva produção teórica,

> que vem gerando uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea, resultante da consolidação dos programas de pós-graduação, em que amadurecem as pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado, bem como, a estruturação dos grupos, núcleos e redes de pesquisa nas unidades de formação acadêmica/UFA (ABEPSS, 2015, p.4).

Constata-se significativos avanços do Serviço Social brasileiro, no que concerne à formação profissional em nível de pós-graduação e de graduação. Mas, a crise estrutural do capitalismo, a partir das últimas décadas, vem provocando profundas mudanças nos processos de trabalho,

> na inserção da profissão na divisão do trabalho, de seus vínculos com o real, das alterações na esfera do Estado, das políticas sociais, dos direitos e dos posicionamentos políticos que segmentos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário (ABEPSS, 2015, p.5).

Impõem-se, então, novos desafios, na atualidade, em face das estratégias voltadas para os interesses do projeto mercantil do grande capital na esfera da educação, conduzindo, assim, “a política de educação no ensino superior à uma verdadeira contrarreforma da universidade pública, diante da crise da condição capitalista” (ABEPSS, 2015, p.5). Neste sentido, Ângela Amaral (2012) citada pela ABEPSS (2015) refere-se a nova relação que se estabelece entre o segmento empresarial e a pesquisa/pesquisador na pós-graduação brasileira, visto que, o Programa Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), favorece o ensino de pós-graduação ao setor empresarial e a sociedade. Cria-se, com efeito, o estímulo ao docente empreendedor com a instituição da Lei de Inovação Tecnológica preconizando a remuneração do docente um adicional variável e outras vantagens, condicionadas a sua inserção no mercado. Essa lógica se apresenta

> como uma ameaça concreta ao que vem se construindo na pós-graduação em Serviço Social, considerando os compromissos ético-políticos assumidos com uma produção de conhecimento voltada a desvelar as contradições da sociabilidade capitalista, fortalecer sujeitos políticos com vistas a superá-la e construir mediações que tenham incidência na vida sócio histórica (ABEPSS, 2015, p.10).

Contrariamente aos compromissos ético-políticos do Serviço Social, no que concerne à produção do conhecimento, a política de Pós-Graduação brasileira, em plena coerência com a lógica de mercado, estimula o individualismo acadêmico e à competição, a partir do fomento pelas agências de um *ethos* gerencialista, de métricas e metas muitas vezes, meramente, quantitativas, desconsiderando as assimetrias regionais, que se refletem na avaliação dos programas, podem ser enfrentadas, na perspectiva de um avanço da área como um todo (ABEPSS, 2015). O produtivismo potencializa a concorrência entre os pares, fortalece o individualismo e reafirma a

dimensão técnica no atendimento das exigências do empreendedor do PNPG, bem como, amplia a assimetria entre os programas. É na perspectiva de enfrentamento à esta lógica, que o PROCAD-Amazônia ganha sentido, visto que se apresenta como uma iniciativa que possibilita a solidariedade entre os programas de Pós-Graduação que se encontram mais fragilizados, a exemplo do PGSS-UFAM e o PPGSS-UFPA.

3. AS EXPERIÊNCIAS DA COOPERAÇÃO ACADEMICA ENTRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFAM, UFPA e PUC/RS: PARCEIROS DO PROCAD AMAZÔNIA

Considerando que o projeto de cooperação acadêmica “A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil”, envolve instituições de ensino situadas em duas regiões do país, entende-se que analisar as experiências da formação pós-graduada em Serviço Social, no âmbito PROCAD-Amazônia, requer, ainda que de forma breve, realizar uma caracterização dos estados parceiros.

Os PPGSS’S da UFAM e da UFPA encontram-se localizados, geograficamente, na Região Amazônia, a qual, historicamente, foi considerada um imenso e perigoso espaço vazio, sendo tratada, inclusive, fora do que se considerava nação. A “concepção de vazio traz em si a ideia de que os povos originários presentes no território não representavam nada de significativo – para muitos nem gente seriam, pois não eram civilizados” (MARQUES, 2019, p. 87). Desta forma, a ocupação e a transformação das terras em instrumento gerador de lucros deveria ser uma tarefa dos de fora da região, embora tal situação não fosse explícita. O extrativismo era a sua base econômica e por esta razão era considerado a causa do “atraso” da região (MARQUES, 2019, destaque do autor).

Embora a trajetória da Amazônia seja reconhecida como permanente espaço propício para a acumulação primitiva de capital, até o início da década de 1940, as ações dos governos locais voltadas para o crescimento econômico da Região eram pouco expressivas, assim como, as políticas de integração e/ ou planejamento regional do governo federal eram débeis (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014). Entretanto, já existiam demandas do mercado internacional por produtos da Amazônia, o que expressava uma forma clássica do uso das fronteiras para o fornecimento de

matérias-primas que poderiam suprir mercados nacionais e internacionais integrados à economia capitalista. No pós- Segunda Guerra, a elite regional se articulou para garantir a mínima presença do governo central na Região, com propostas de projetos que primassem pela valorização da Amazônia. Inicia-se, assim, a discussão sobre o desenvolvimento, na trilha da ideologia desenvolvimentista, em curso desde os anos 1930, culminando com a criação da Superintendência de Valorização da Amazônia – SPVEA que se constituía em uma tentativa dos governos de capitalismo periférico impulsionarem políticas de desenvolvimento e de industrialização via substituição de importação, assim como, um esforço nacional para a ocupação da Região.

A ideologia nacional – desenvolvimentista se apresentava como uma estratégia de desenvolvimento que se consolidou, na América Latina, em particular, no Brasil, na década de 50, tendo como um de seus principais fundamentos, a crença na intervenção estatal e no planejamento enquanto uma estratégia para tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido, o que exigiria políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Consolida-se, então, uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT),

> [...] na qual alguns países do terceiro mundo que estavam em vias de industrialização passavam a receber multinacionais. Estas buscavam explorar uma força de trabalho barata e com baixo grau de organização. Aproveitavam-se, ainda da proximidade com as fontes de matérias-primas e dos favores distribuídos pelos governos locais (MARQUES, 2019, p. 107).

Com efeito, os mercados dos países dessas multinacionais estariam garantidos, assim como, se apropriavam da significativa massa de mais-valia, em grande parte, enviada para os mencionados países, por meio da remessa de lucros às suas matrizes: No Brasil, esse novo papel na DIT seria cumprido inicial e, principalmente, pelo Sudeste. A Amazônia consolidaria uma função destacada e com especificidade, no decorrer dos anos 1970, com os grandes empreendimentos minerais (MARQUES, 2019, p. 107). Assim, nos anos de 1970 e 1980, seguem as instalações de novos empreendimentos na Amazônia. No estado do Pará, podem ser destacados, o Projeto ALbras/Alunorte (Barcarena-Pará), o Projeto Mineração Rio do Norte (Oriximiná-Pará), o Projeto Grande Carajás (Parauapebas-Pará, enquanto que no estado do Amazonas, a partir dessa década de 70 do século XX, foi criada a Zona

Franca (ZFM) que apontava para a criação de empregos, especialmente, na capital Manaus.

Um estudo efetuado sobre a caracterização do estado do Amazonas, em 2020, pela equipe de pesquisadores da UFMA que integram o PROCAD-Amazônia refere-se que a

> ZFM foi idealizada "na perspectiva da integração nacional e de responder ao grande capital [...], sendo um projeto que se constitui em um momento de expansão do grande capital, centrado no setor produtivo de bens de consumo duráveis [...]" (MOURÃO, 2009, p. 19), o que não atendia as necessidades da população existentes na região de forma específica. (p. 2).

Esse mesmo estudo revela que a dinâmica de ação estatal conduziu a centralização da população na capital do estado do Amazonas, historicamente, "privilegiou o grande centro urbano, em detrimento dos pequenos municípios, em que pese algumas iniciativas de investimentos mais recentes, sobretudo, na educação com a implantação/ampliação de instituições universitárias estaduais e federais" (p.2-3). Assim,

> a contradição social, política e econômica no Amazonas é inquestionável, pois é o estado com a maior floresta tropical do mundo, entretanto, essa imensidão de riqueza natural é palco de uma realidade com desigualdades sociais assombrosas e ainda numerosas questões socioambientais conflituosas (IDEM, p..3).

Com efeito, o PPGSS-UFAM foi instituído, a partir dos desafios impostos para o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável do estado do Amazonas. É neste contexto da realidade amazônica que se inscreve a proposta pedagógica do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. A criação deste Programa é decorrente do necessário investimento na formação de recursos humanos com competência técnica e científica para propor e implementar políticas públicas que sejam coerentes com o contexto regional.

Segundo Pinheiro, Cunha e Andrade (2020), o PPGSS da UFAM tem como temática transversal à sua Área de Concentração, a discussão sobre a sustentabilidade socioambiental, ao considerar que o estado do Amazonas é o maior Estado da Região Norte, localizado no coração da Amazônia brasileira. Desta forma, segundo as referidas autoras, a particularidade da proposta do programa, encontra-

se assentada nas temáticas relativas às expressões da questão social na Amazônia, evidenciando as temáticas socioambientais, o que o "diferencia da Região Sul e Sudeste, mas que, indubitavelmente, não nos distancia da área do Serviço Social brasileiro em seus preceitos éticos e políticos de defesa da democracia, direitos sociais e ampliação da cidadania" (p.234-235).

A criação do PPGSS da UFAM

> teve como ponto de partida a identificação das expectativas, necessidades e interesse em ampliação do grau de formação, instrumentalização e conhecimento dos profissionais de Serviço Social, de maneira particular e de outras áreas afins no plano regional e do reconhecimento de que a pós-graduação, como parte integrante das bases do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNC&T), contribuindo, assim, para a formação de recursos humanos de alto nível para alavancar o ideário e a composição de ações no âmbito das políticas públicas; continuidade e aprimoramento do conhecimento científico e na formação de quadros dos coletivos orgânicos (grupos de pesquisa) para atuarem nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES); contribuição para crescimento da produção científica, via difusão, publicização e socialização dos conhecimentos (FERNANDEZ, RODRIGUES, MELO E CHAVES, 2020, p.64).

Desta forma, o PPGSS abrange estudos em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, cuja temática da Sustentabilidade Socioambiental se constitui como questão transversal no processo formativo e nos estudos e pesquisas implementados no mencionado programa.

O PPGSS-UFPA teve início com a instituição do curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi instituído no ano de 1996, reconhecido pela CAPES através da Resolução nº 3166/CONSEP, de 03/05/2004 e homologado pela Portaria nº 2878/CNE, de 24/08/2005. A criação do PPGSS foi criado na perspectiva de atender as necessidades da Região amazônica de fortalecimento de uma massa crítica de intelectuais na área de Serviço Social, capaz de desenvolver estudos e pesquisas, interpretar e responder às expressões multifacetadas da "questão social".

Como se sabe, a Região amazônica possui dimensões continentais, riquezas naturais e humano-sociais inestimáveis, mas, paradoxalmente, altos índices de pobreza e desigualdades sociais. Historicamente foi se constituindo em espaço de

processo de expropriação de riquezas naturais e socioculturais, aos quais se juntaram outros na contemporaneidade, todos produzindo graves impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais sobre a população amazônida. Assim, a missão do PPGSS é formar cientificamente pesquisadores e docentes de alto nível para intervenção qualificada nas diversas expressões nacionais e regionais da "questão social" e contribuem para a formação de massa crítica na Região.

Tem como área de concentração "Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais" que estuda e pesquisa a centralidade do trabalho e suas diferentes formas de organização e gestão; o processo de consolidação do modo de produção capitalista e a "questão social"; as matrizes das principais teorias sociais (clássicas e contemporâneas); as diferentes perspectivas teóricas de Estado e de políticas sociais; a configuração do Estado burguês e a relação com as políticas sociais, com ênfase na articulação de classe, raça, etnia, geração e sexualidades.

O PPGSS/PUC-RS encontra-se instalado, na cidade de Porto Alegre, capital Rio Grande do Sul. Um estudo efetuado pela equipe de pesquisadores deste PPGSS, realizado em 2019, refere-se que a história do estado do Rio Grande do Sul (RS) inicia, antes, da considerada data oficial do descobrimento do Brasil, ao considerar que há 12 mil anos, já havia índios (Gès, Guaranis e. Pampianos). Esse mesmo estudo revela que

> as disputas entre portugueses e espanhóis pelo Sul da América aconteceram entre os séculos XVI e XVII, pois até 1640 ambos os países tiveram o mesmo rei. Em 1750, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madri, dando as terras onde se localizavam os *Os Sete Povos das Missões* aos portugueses, decisão que não foi aceita pelos, gerando a morte de milhares de indígenas e a expulsão dos jesuítas (p. 18).

Em seus marcos históricos, o estado do RS celebra a Revolução Farroupilha, até hoje, como orgulho dos gaúchos. Este dia do Gaúcho é comemorado em 20 de setembro, dia de início da guerra, em 1835, quando os rebeldes republicanos, reivindicavam as taxas extorsivas cobradas pelo Império pela produção de charque, erva-mate e couro. Registra-se, também, que o Rio Grande do Sul tem uma identidade cultural assumida, a cultura gaúcha, mas "o estado constitui-se de uma diversidade cultural em decorrência da presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus" (p.19).

O referido estuo revela, também, que na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, os índices indicam uma realidade muito semelhante, pois,

> em torno de 26% da população vivendo em situação de pobreza, e 2,6% da população vivendo em situação de extrema pobreza, esses índices ficam consideravelmente abaixo da média nacional, que apresenta uma parcela significativa da população vivendo entre a linda da pobreza e extrema pobreza, uma média de 40% da população brasileira. Ainda que os dados revelem uma condição menos aviltante que no geral do cenário nacional, é importante observar que é um contingente expressivo, de pelo menos quatro milhões de pessoas vivendo em condições consideradas pobreza e extrema pobreza o que reflete sobre o conjunto de ações necessárias do Estado para o enfretamento de tais realidades (p.21).

Em que pese esse contexto socioeconômico adverso, crescimento do PPGSS/PUCRS vem se solidificando, o que por um lado é motivo de muito orgulho para o conjunto de seus agentes, mas, por outro, amplia suas responsabilidades e desafios (RELATÓRIO SUCUPIRA PPGSS-RS,2020) O referido programa encontra-se instalado, na Mesorregião Metropolitana, em Porto Alegre e possui Mestrado e Doutorado em Serviço Social - Nota 6.

O contexto de crise e acirramento da questão social, agravado pela pandemia, reforçam a necessidade de uma formação de profissionais, professores e pesquisadores com capacidade reflexiva, crítica e propositiva. Nesta perspectiva, o PPGSS-RS aceitou o desafio de participar como parceiro do PPGSS/UFAM e PPGSS/UFPA, no projeto de cooperação acadêmica, no âmbito do PROCAD/Amazônia, cujas ações realizadas até 2020, têm sido exitosas que já surtiram resultados muito significativos, apesar dos limites impostos pela pandemia do Corona Virus-19.

As breves considerações efetuadas acerca da caracterização dos estados que se encontram instalados os PPGSS'S que integram o Projeto de cooperação acadêmica "A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Norte e Sul do Brasil", procurou-se identificar as particularidades da experiência desse Projeto de cooperação, considerando as aproximações e as diferenças regionais Norte e Sul do Brasil, bem com, as contribuições do referido projeto para a formação pós-graduada em Serviço Social, no contexto do Estado ultraneoliberal brasileiro, com o atual governo negacionista,

protofacista, anticiência que desfinancia a pesquisa, sobretudo, na área das ciências humanas/sociais aplicadas e desqualifica as universidades públicas.

A propósito, considera-se fundamental se referir aos registros do Relatório Sucupira do PUCRS, referente, ao ano de 2020, os quais evidenciam que a interface entre esses PPGSS'S no que concerne à formação e trabalho da(o) assistente social, prevê a realização de missões de estudo, intercâmbios de discentes e a realização de estágios pós-doutorais. Esse processo teve início, em 2019 e continuidade em 2020. A partir deste ano deste ano de 2021, pretende-se realizar pesquisas integradas com IES de diferentes Estados, cujos programas estão em fase de consolidação, ampliando desse modo, o intercâmbio e a solidariedade entre os PPGS'S em cooperação, conforme indicado pelo documento Orientações à Pós-Graduação da ABEPSS.

O mencionado Relatório registra, ainda, que a aprovação do PROCAD Amazônia foi de fundamental importância para o estreitamento de vínculos com a PUCRS, a UFAM e a UFPA na medida em que tem possibilitado ampla troca de experiências, via produções conjuntas, realização de reuniões de pesquisas, de missões de trabalho, de eventos conjuntos e da mobilidade docente e discente entre os Programas parceiros. Assim, a realização dessas parcerias visa, também, fomentar redes de pesquisas, a partir de temáticas ou projetos de pesquisa de interesse comum entre os pesquisadores, o que de certo tem contribuído para a consolidação dos Programas parceiros, de grupos e núcleos de pesquisas, com vistas a subsidiar o aprimoramento da formação profissional na perspectiva de criar uma massa crítica de profissionais e, assim, contribuir para a qualificação de recursos humanos que irão atuar nas políticas públicas, no Brasil, em particular, na Amazônia.

Em síntese, podem ser destacadas as principais ações que expressam os resultados dessa importante cooperação acadêmica: 1) O Seminário PROCAD Amazônia, realizado em novembro de 2020, que versou sobre Formação e trabalho de assistentes sociais em tempos de pandemia: Reflexões no âmbito do Procad Amazônia. Este evento foi organizado pelas três universidades parceiras, contou com a participação ativa, em exposições e debates de professores, alunos e egressos dos Programas parceiros; 2) Live realizada em parceria, entre PUCRS, UFAM e UFPA,

tendo como palestrante o Prof. Rodrigo Teixeira, presidente da ABEPSS “gestão aqui se respira luta”; cujo tema versou sobre a sua tese de doutorado que aborda sobre a necessária interconexão dos núcleos de fundamentação nas Diretrizes da ABEPSS, realizada em dezembro de 2020; 3) A publicação de dois livros em forma de e-book e impresso, envolvendo docentes e discentes pesquisadores do mencionado Projeto; 4) A realização de Pós-doutorado na PUCRS e, em Portugal, no ISTEC; 4) missão de 02 docentes como bolsista de pós-doutorado na PUC/RS; 5) 06 mini-cursos sobre os seguintes temas: Serviço social, Justiça Restaurativa e Direitos Humanos; Serviço Social e Formação Profissional: a mediação em foco; Processos de Trabalho e Serviço Social; Análise de discurso aplicado a pesquisa qualitativa; Juventudes e Políticas Públicas: os desafios ao trabalho profissional do assistente social; Política Social e Serviço Social; A produção de artigos em coautoria Inter docentes e discentes dos PPGSS’S, o que pode se considerar, também, um dos principais indicadores de resultados da colaboração entre grupos de pesquisadores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo possibilitou a reflexão sobre a Pós-Graduação no Brasil, em particular, em Serviço Social, a qual só pode ser entendida no movimento histórico de avanços e retrocessos da política educacional brasileira e, em especial, nas orientações desta para a pós-graduação. Assim, a política de pós-graduação, no Brasil, a qual vai na contramão dos compromissos ético-políticos do Serviço Social, no que concerne à produção do conhecimento, pois a referida política se apresenta em plena coerência com a lógica de mercado, estimula o individualismo acadêmico e à competição, a partir do fomento pelas agências que impõe métricas e metas muitas vezes, meramente, quantitativas, desconsiderando as assimetrias regionais. Sob esta lógica, o mencionado Projeto de cooperação acadêmica, no âmbito do PROCAD-Amazônia se constitui, contraditoriamente, um espaço de resistência, visto que, tem na sua base a solidariedade entre os programas, na direção de alavancar aqueles que se encontrassem mais fragilizados diante da lógica mercantil, do corte do orçamento

da educação pública[6], do desfinacimanto a pesquisa, cortes de bolsas, redução de concursos públicos, dentre outros que dificultam a consolidação dos PPGSS's em processo de consolidação, conforme demonstram a síntese das ações realizadas até, então, pelo mencionado Projeto de cooperação. Esse quadro se agrava no contexto da pandemia da COVID-19, na medida em que foi instituído o Ensino Remoto Emergencial (ERE) pelo MEC, caracterizado por alguns estudiosos da educação como uberização da docência. Tem-se, assim, um novo processo de processo de trabalho, novas formas de ensinar e ser docente que está sendo imposta, sem o preparo e o debate aprofundado do significado e das implicações dessa forma de ensino para o processo de formação pós-graduada. Além disso, os docentes e discentes passam a assumir os custos do ERE, o que requer debates profundos sobre "ser docente" nesta conjuntura e do ensino remoto como, de fato, emergencial, e suas implicações posteriores. Sendo assim, o PROCAD-Amazônia se apresenta estratégica enquanto um espaço para a qualidade da formação Pós-Graduada em Serviço Social.

4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Brasília, nov. 2015.

ANDES (Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior). **Congresso aprova orçamento de 2021 com cortes para Ciência, Tecnologia, Saúde e Educação**. Disponível In: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/congresso-aprova-orcamento-de-2021-com-cortes-para-ciencia-tecnologia-saude-e-educacao1. Acesso em 28 de março de 2021.

[6]Em meio ao pior momento da pandemia de Covid-19, o Congresso Nacional, aprovou o orçamento para 2021, no qual os recursos destinados para a saúde sofreram corte de mais de R$ 34 bilhões em relação ao gasto no ano anterior. O montante aprovado foi de R$ R$ 125,7 bilhões. Em 2020, o valor executado com a área foi de R$ 160 bilhões. Já o orçamento destinado à Educação sofreu corte de 27% em relação ao ano passado, ficando em R$ 74,56 bilhões. A área de Ciência e Tecnologia sofreu corte ainda maior, com diminuição de 28,7% em relação aos recursos executados em 2020, ficando com apenas R$ 8,36 bilhões (...) ANDES, 2021, S/P.).

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS E O SERVICO SOCIAL. PROCAD-AMAZONIA/UFAM. Manaus: Amazonas, 2020.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS E O SERVICO SOCIAL. PROCAD-AMAZONIA/PUC/RS. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2020.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira; MELO, Lucilene Ferreira de, e CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Contexto Socioeconômico e Cultural do Amazonas: Os desafios da Graduação e Pós-graduação em Serviço Social. In: **PROCAD Amazônia: formação e trabalho do assistente social no Norte e no Sul do Brasil**. (CUNHA, Marinez Gil Nogueira; PRATES, Jane Cru; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de e BORDIN, Erica Bomfim (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

GUERRA, Yolanda. D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: Um Patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11,n. 22, p.125-158, jul/dez, 2011.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RELATÓRIO SUCUPIRA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPA. PPGSS/UFPA. Belém (PA), 2020.

RELATÓRIO SUCUPIRA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA PUC/RS. PPGSS/PUCRS. Porto Alegre (RS), 2020.

O TRABALHO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO: notas para o debate no projeto Procad Amazônia

Hamida Assunção Pinheiro[7]

RESUMO
Estas reflexões fazem parte da pesquisa desenvolvida, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia), pela UFAM, UFPA e PUCRS, cujo título é "A formação e o trabalho profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil". Este texto traz alguns apontamentos acerca da temática trabalho profissional do assistente social no cenário de crise do capital e de retrocesso de direitos, com destaque para o projeto ético-politico. Trata-se de uma revisão de literatura ancorada no materialismo histórico e dialético. O estudo revelou que o cenário de regressão de direitos condiciona o trabalho do assistente social, na medida em que contribui para tornar mais precárias as relações, as condições e os ambientes de trabalho. Outro achado diz respeito ao projeto ético-político da profissão que nesses tempos de recuo da proteção social enfrenta desafios ainda maiores.

Palavras-chave: Trabalho profissional. Projeto ético-político. Regressão de direitos.

ABSTRACT
These reflections are part of the research developed, through the National Program for Academic Cooperation in the Amazon (Procad/Amazônia), by UFAM, UFPA and PUCRS, whose title is "The formation and professional work of the Social Worker: approximations and particularities between the Amazon and southern Brazil". This text provides some notes about the theme of the professional work of the social worker in the scenario of capital crisis and rights setback, with emphasis on the ethical-political project. This is a literature review anchored in historical and dialectical materialism. The study revealed that the scenario of regression of rights conditions the work of the social worker, as it contributes to make the relationships, conditions and work environments more precarious. Another finding concerns the ethical-political project of the profession that in these times of retreat from social protection faces even greater challenges.

Keywords: Professional work. Ethical-political project. Rights regression

1. INTRODUÇÃO

[7] Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS. É doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. E-mail: hamida.assuncao@gmail.com; hamida@ufam.edu.br

O artigo tem o propósito de discutir as implicações do projeto ético-político do serviço social brasileiro para o trabalho profissional nos tempos atuais, bem como refletir acerca das interferências do cenário de crise do capital e de retrocesso de direitos para o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, que tem como competência a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais.

Este artigo está dividido em duas partes, além da introdução, conclusão e referências. Na primeira parte o interesse é evidenciar a relevância do projeto ético-político do serviço social, considerando o cenário de regressão de direitos, para a sedimentação do trabalho profissional voltado para ampliação e consolidação da cidadania e para defesa e aprofundamento da democracia. Na segunda parte, o propósito é abordar as particularidades da precarização do trabalho na área de serviço social e as implicações disso para o sofrimento e para a saúde dos profissionais.

O texto foi elaborado a partir de revisão da literatura, à luz do materialismo histórico-dialético. São composições, reflexões e discussões que têm sido acumuladas durante o desenvolvimento da pesquisa intitulada “A formação e o trabalho profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil”, a qual vem sendo realizada no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia), desde 2018, envolvendo a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

2. O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO EM TEMPOS DE REGRESSÃO DE DIREITOS

A trajetória histórica da profissão de serviço social no Brasil, ao longo dos seus mais de 80 anos, revela um delineamento muito interessante, sobretudo se considerarmos as últimas três décadas quando ocorreu uma reviravolta quanto ao posicionamento sócio-político da profissão. Nesse período de mudança, merece menção a aprovação da Lei de regulamentação da Profissão em 1993 (Lei 8.662 de 07/06/1993), a instituição do Código de ética profissional também em 1993 e a

elaboração das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para os cursos de Serviço Social.

Ainda hoje, mesmo passadas algumas décadas, esse tripé é considerado a coluna cervical do projeto ético-político do serviço social brasileiro e também o substrato do trabalho e da formação crítica. Mas, em tempos de grandes ondas de conservadorismo, como temos vivenciado tão explicitamente, é necessário observar as consequências desse fenômeno tanto para a formação quanto para o trabalho na área de serviço social.

Contudo, é preciso lembrar que não é uma novidade que o tradicionalismo conservador busque colocar suas garras na área de serviço social. Esta profissão luta historicamente contra o conservadorismo. Boschetti (2015) aponta que, mesmo no momento de construção do projeto ético-político, a luta contra as forças conservadoras também já se fazia presente:

> Não foi sem luta que o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou na profissão sob dois ângulos fundamentais. Na proposta de formação constante nas diretrizes curriculares da Abepss, fundada na teoria crítica marxiana e em suas categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição, mediação e multideterminação dos fenômenos. E na regulação ético-política da profissão estabelecida no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas legislações daí decorrentes, que assumem ética e politicamente o compromisso profissional com a classe trabalhadora e com movimentos e lutas sociais, na perspectiva da emancipação humana, recusa a todas as formas de conservadorismo, de exploração, opressão e discriminação (p.641)

É imprescindível registrar, como forma de nos fortalecer para os enfrentamentos impostos pelo tempo presente, que nem sempre o serviço social brasileiro se opôs às tendências conservadoras. Na origem, como bem demarcam Iamamoto e Carvalho (2001), na obra clássica da área intitulada Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, “o serviço social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade” (p. 19). A forte ligação com os setores mais abastados da sociedade e também com a Igreja católica perdura tranquilamente desde o surgimento das primeiras escolas de serviço social na década de 1930 até meados dos anos de 1960. Até aquele momento o trabalho profissional estava ancorado na doutrina social da Igreja, mais especificamente, nas ações de caridade.

> É na década de 1960 que se observa a existência de um meio profissional em franca expansão. No decorrer desses anos, a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, 'modernizando-se' tanto o agente como o corpo teórico, método e técnicas por ele utilizados. Há, também, um significativo alagamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidencia, uma evolução no status técnico da profissão. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p. 340)

A expansão do serviço social como profissão, em solo brasileiro, ocorre concomitante ao florescimento de ideias questionadoras sobre o trabalho profissional do assistente social que vinha sendo realizado desde sua origem, mais especificamente sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesse processo, toma corpo um movimento de renovação da profissão, caracterizado por Netto (2001) como uma redefinição sem precedentes no que concerne aos referenciais teóricos, culturais e ideológicos do serviço social brasileiro.

O Serviço Social brasileiro, impulsionado pelo Movimento de Reconceituacão, conseguiu transmutar suas bases ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa em um processo gradual que aconteceu ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, e resultou na edificação do que denominamos atualmente de projeto ético-político. Este alicerce é o grande responsável pela ruptura com a hegemonia de uma formação e um trabalho pautado em práticas conservadoras, de base positivista, com destaque para o assistencialismo e seu fundamento liberal.

Como bem destacam Teixeira e Braz (2009), todo e qualquer projeto profissional tem uma dimensão classista e, consequentemente, uma direção social. Nesse sentido, referindo-se ao projeto profissional vigente, os autores avaliam que "não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional" (p. 189). É preciso salientar ainda que a área tem clareza de que o compromisso de transformação da sociedade vai muito além do que uma categoria profissional pode fazer, mas, por outro, há o reconhecimento de que esse posicionamento é basilar para a formação e para o trabalho na perspectiva crítica.

Na visão de Iamamoto (2007), o projeto ético-político do serviço social em vigor cumpre um papel fundamental no que diz respeito ao posicionamento profissional e à

afirmação da autonomia no cotidiano de trabalho, na mesma medida em que também ilumina o trabalho em suas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa. Nas palavras da autora, “este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado” (p. 422).

O assistente social, compreendido como trabalhador assalariado, enfrenta um ponto de tensão situado entre as demandas do empregador, que o contrata com determinada finalidade e paga o seu salário, e as demandas do usuário, que busca o serviço com objetivo de suprir alguma necessidade. É nesse espaço de tensão e conflito que o trabalho profissional encontra limites e, nesse sentido, os pilares do projeto ético-político contribuem para a fundamentar e inspirar as ações. Em tempos de avanço do conservadorismo, o trabalho profissional do assistente social encontra-se no fio da navalha, situando-se, de um lado, o projeto profissional arrojado que busca a construção de uma sociedade justa e democrática e, de outro, uma conjuntura fortemente marcada pelo recuo da proteção social em decorrência das políticas de contrarreformas do Estado.

A restrição no orçamento público para as políticas sociais é bem característica da contrarreforma do Estado, orquestrada pelo avanço no neoliberalismo, que notadamente ganha relevo a partir dos anos de 1990 no Brasil. Esta tendência é, antes de mais nada, fruto do processo contrarrevolucionário que opera em favor do mercado. Como bem nos ensina Behring (2019) trata-se de um ambiente duradouro de ajuste fiscal que se inicia na década de 1990 e se faz presente até os dias atuais no cenário brasileiro, e que vem ferindo brutalmente a concepção de seguridade social, bem como seu financiamento público.

Nesse ponto, merece registro a análise de Iamamoto (2019) ao destacar que mundialização financeira unifica processos que, em geral, são tratados de forma isolada, como, por exemplo, a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva, a questão social e a ideologia neoliberal. Para a autora, o capital que rende juros de forma desenfreada é o responsável pelo aumento ininterrupto das desigualdades sociais, que, por sua vez, são decorrentes da intensificação da exploração do trabalho e do desmonte dos direitos trabalhistas e sociais.

É nítido que ao grande capital não interessa proporcionar bons níveis de proteção social, ao contrário, a parca proteção social é bem mais interessante, na medida em que fragiliza e desarticula as organizações sociais e estimula a competitividade no mercado de trabalho. Nessa perspectiva Dardot e Laval (2016) sentenciam que "proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar" (p. 207)

Com foco no serviço social, Iamamoto (2019) frisa que o contexto de regressão de direitos vivenciando não só no Brasil, mas na América Latina e Caribe nos últimos 30 anos, polariza a profissão a partir de uma dupla inflexão. A primeira tem posto à prova a ruptura teórica e política com o lastro liberal-conservador que vinha acontecendo desde a década de 1970. A segunda se assenta sobre as ideias da negação da sociedade de classes, da naturalização da ordem do capital e da mercantilização universal. Assim, concretamente, sobre o tempo presente, a autora enfatiza que,

> A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para iniciativa privada ou individual, impulsionada por supostas motivações solidárias e benemerentes, submetida ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado, e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil (IAMAMOTO, 2019, p. 39).

Obviamente, esse processo traz graves consequências para o trabalho profissional do assistente social, uma vez que, com o enfraquecimento das políticas sociais, a realização de um trabalho mais alinhado à viabilização de direitos torna-se cada vez mais desafiadora. Com o constante corte de recursos financeiros, o assistente social – que tem como uma de suas competências a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais – é afetado diretamente em suas relações, condições e ambiente de trabalho.

Vale ressaltar que a Emenda Constitucional (EC) nº. 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016 durante o governo de Michel Temer (2016-2018), estabeleceu um teto para os gastos públicos primários por um período de 20 anos. Isso tem resultado na redução expressiva de investimentos em áreas prioritárias, como, por exemplo, a saúde, a educação, a assistência social, entre outras. Esta emenda é tida como um

dos maiores ataques ao texto da Constituição Federal de 1988 no que concerne à provisão das políticas sociais e manutenção/ampliação do funcionalismo público. É inconteste que as políticas sociais necessitam de profissionais para o seu funcionamento e, dentre eles o assistente social, mas, na atual conjuntura, a emenda supramencionada restringe os concursos públicos, o desenvolvimento de plano de carreira e de política de progressão salarial, entre outros.

Vale ainda realçar a nota de Iamamoto (2018) que trata da mudança de significado do trabalho do assistente social, quando este operacionaliza a compra e venda de serviços que historicamente haviam sido conquistados como direitos sociais. Nessa ótica, o assistente social passa a trabalhar com o atendimento de necessidades que estão sob o domínio do mercado, numa relação de compra e venda.

É nessa conjuntura tão adversa que os assistentes sociais precisam sustentar o arrojado projeto ético-político que foi construído de forma coletiva pela categoria, ainda que também padeçam das mesmas condições de precarização vivenciadas pela classe trabalhadora como um todo. No próximo tópico, o intuito é evidenciar mais especificamente como essa precarização do trabalho é vivenciada pelos assistentes sociais.

3. O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL E REGRESSÃO DE DIREITOS: REFLEXÕES EM CURSO.

Conforme informações disponíveis no *site* do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), existe no Brasil cerca de 200.00 assistentes sociais inscritos nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) distribuídos pelo país. O último levantamento realizado pelo CFESS em 2005 revelou que ainda se trata de uma profissão exercida majoritariamente por mulheres, com o índice superior a 90% de pessoas do sexo feminino (CFESS, 2021). Não podemos deixar de assinalar que esta é uma herança histórica decorrente das especificidades da gênese da profissão de serviço social no Brasil, fato este já apontado por vários autores, como por exemplo, Iamamoto (2007); Lourenço (2017); Raichelis (2018) entre outros.

Este mesmo levantamento realizado em 2005 verificou que o assistente social pode ser considerado, em ampla maioria, um funcionário público, pois 80% da categoria encontra-se distribuída nas três esferas de governo, com destaque para as áreas da saúde, da assistência social e da previdência social. As empresas privadas, com 13%, estão em segundo lugar como empregadoras, e em terceiro lugar apareceu o terceiro setor com 7%. (CFESS, 2021).

É possível que, ao longo desses 16 anos, após o último levantamento tenham ocorrido mudanças quanto aos vínculos de trabalhos, sobretudo se consideramos o aprofundamento dos processos de precarização no mundo do trabalho que são cada vez mais intensos e variados. Na visão de Antunes (2018) o quadro brasileiro apresenta particularidades importantes no âmbito da precarização do trabalho, as quais são responsáveis, inclusive, por uma morfologia diferenciada no cenário contemporâneo:

> [...] a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou também profundas metamorfoses na classe trabalhadora e em sua morfologia. A flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, o aumento das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil. [...] As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, as distintas formas de flexibilização e informalização da força de trabalho (contratos empregatício que ficavam à margem da legislação social trabalhista), combinadas com um relativo avanço tecnológico, tornaram-se um traço distintivo do capitalismo brasileiro recente. (ANTUNES, 2018, p. 108)

Seguindo essa linha de raciocínio, acreditamos que pensar o trabalho profissional do assistente social em tempos de crise do capital e de retrocesso de direitos, implica em debruçar-se sobre a nova morfologia do trabalho sob a hegemonia do neoliberalismo. Conforme Raichelis (2018), a reestruturação produtiva em curso e o persistente estado de crise do capitalismo nos últimos quarenta anos tem colocado em xeque toda e qualquer forma de trabalho contratado e, obviamente, isso não exclui o serviço social. Antunes (2018) nos fala de uma desfiguração do trabalho e nela destaca uma tendência de terceirização total, que é altamente nociva para o trabalhador,

> As falsidades presentes no projeto que objetiva a terceirização total são conhecidas: ao invés de criar empregos, ela de fato desemprega, uma vez

> que os terceirizados trabalham mais, recebendo menos. Assim, a terceirização efetivamente reduz os empregos e subtrai salários (p. 153).

O trabalho formal com todas as garantias legais tem perdido espaço de forma assustadora, e na área de serviço social também tem sido bastante comum a ampliação dos processos de subcontratação de serviços, isto é, de terceirização da força de trabalho. Raichelis (2018) afirma que muitas são as formas de burlar a legislação trabalhista, ainda que ela já tenha sido bastante flexibilizada e permeada de pontos frágeis que não protegem o trabalhador amplamente. Nessa lógica da subcontratação tem se destacado a pejotização (empresa com uma só pessoa) e a uberização (contratação por tarefa e sem proteção social e trabalhista), que basicamente se caracterizam por subcontratação de serviços individuais que em geral são operacionalizados,

> por parte de empresas de serviços ou de assessorias, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se exercício profissional privado, autônomo, temporário, por projeto, por tarefa. (RAICHELIS, 2018, p.51)

Para a autora toda precarização é malfazeja, entretanto merece realce a pejotização, que tem crescido bastante na área de serviço social. Esta modalidade exige que o trabalhador se torne empresa para ser contratado, visando assim descaracterizar a relação trabalhista. A crueldade dessa modalidade de contratação nesse cenário de flexibilização do trabalho precisa ser refletida considerando todas as implicações para o serviço social, até mesmo porque, além de burlar a legislação trabalhista, esta pode colocar em risco o compromisso ético-político destes profissionais, na medida em que acirra a competição e obscurece a ideia de pertencimento à classe trabalhadora.

Outro aspecto salientado por Raichelis (2018), observado na área de Serviço Social, que coaduna com a precarização das relações de trabalho, advém da ampliação das parcerias púbico-privado nas mais diversas áreas das políticas sociais. Após a regulamentação da terceirização das atividades meio e fim no país em 2017, tem aumentado de forma significativa a terceirização dos serviços públicos e, com eles, a vinculação dos trabalhadores também sofre mudanças. As parcerias público-

privadas estão se espraiando na saúde, na assistência social, na habitação etc., e a tendência é que se expandam cada vez mais.

Em âmbito público ou privado, o assistente social tem nas políticas sociais a mediação necessária para a realização do trabalho profissional. Na ótica de Raichelis (2018), as políticas sociais são mediações privilegiadas, mas não exclusivas do assistente social, e formam uma importante base institucional para a abertura e manutenção dos espaços sócio ocupacionais. A existência de políticas sociais requisita agentes habilitados, o que possibilita a profissionalização dos assistentes sociais e sua inserção no mercado de trabalho.

Mas, na conjuntura contemporânea, com a regressão dos direitos sociais e trabalhistas, a instabilidade, a insegurança e o risco estão presentes na vida como um todo e, especialmente, no mundo do trabalho. Na busca de elucidar essa nova razão do mundo capitalista contemporâneo, Dardot e Laval (2016) explicam que o neoliberalismo, como uma nova forma de racionalidade implementada, criou uma fábrica de sujeitos formatados para se comportar como empresas de si mesmo, assumindo responsabilidades e riscos individuais em detrimento da perspectiva de coletividade. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco, mas, ao mesmo tempo, nessa nova forma de organizar a vida há a exaltação desse sujeito empresarial como o único responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso.

Para os autores, mais que uma racionalidade o neoliberalismo impõe uma forma de comportamento tanto para governantes como para governados. Nessa ótica, ocorre a generalização da concorrência e a mercantilização das relações sociais. Estes processos têm consequências para o mundo do trabalho, interferindo diretamente nas relações, nas condições e no ambiente onde trabalho é realizado. O resultado disso tem sido a intensificação da exploração do trabalhador e, consequentemente, de situações de assédio, de sofrimento e de adoecimento.

Ninguém escapa da precarização do mundo do trabalho, nem mesmo os trabalhadores mais estáveis, tendo em vista que o clima de competitividade, individualismo e o medo da perda das proteções é comum a todos. Essa instabilidade também provoca adoecimento do corpo e da mente do trabalhador, haja vista que o sujeito neoliberal, como é denominado por Dardot e Laval (2016), é direcionado à

autocobrança e autodisciplina em um ritmo incessante. Nessa lógica, o trabalhador caminha para situações de sofrimento, nas quais não consegue perceber as saídas coletivas.

Mais recentemente, Lourenço (2017), subsidiada em pesquisa realizada junto aos assistentes sociais que atuam na área da saúde em diferentes estados brasileiros, identificou importantes elementos reveladores da precarização do trabalho, como, por exemplo: forte presença dos modelos privados na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); contratação por processo seletivo e/ou indicação; carga horária acima de 30h/semanais e; baixos salários.

A pesquisa apontou que a precarização do trabalho do assistente social da saúde ocorre de forma aberta e que isso tem graves consequências para o sofrimento e adoecimento destes profissionais. Os assistentes sociais da saúde sentem a pressão dos usuários em busca dos serviços de atenção à saúde por um lado e, por outro, também existe a pressão das chefias para rotinas de trabalho mais intensas e jornadas superiores a 30 horas. Além disso, tem ainda o sucateamento das unidades e dos serviços de saúde que afetam diretamente as condições e os ambientes nos quais o trabalho é realizado. Este conjunto acaba contribuindo para um ambiente de trabalho estressante e frustrante que ao longo do tempo pode causar o adoecimento do trabalhador.

O adoecimento de assistentes sociais tem sido mais frequentemente encontrado como tema de bibliografias da área, outra pesquisa que vale menção é de Vicente (2018) sobre a relação entre trabalho e desgaste mental de profissionais de serviço social que atuam na área da habitação em São Paulo. A pesquisa foi realizada antes mesmo da legalização da terceirização no Brasil (Lei nº. 13.429/2017) e mesmo assim detectou várias características de ampla precarização do trabalho, como, por exemplo, a existência de vários vínculos contratuais diferentes, envolvendo ainda diferenças salariais, de jornadas de trabalho e de benefícios.

A pesquisa trouxe inclusive achados bem interessantes quanto à diferenciação de atividades de acordo com o tipo de vínculo de contratação, aos trabalhadores concursados (estatutários ou celetistas) cabiam as tarefas consideradas mais intelectualizadas e complexas, enquanto aos terceirizados eram atribuídas tarefas

mais rotineiras, como a entrega de folhetos, o registro fotográfico, a coleta de assinaturas etc.

Diante desse conjunto de agravantes identificados no cotidiano de trabalho, Vicente (2018) relata que os assistentes sociais ouvidos apontaram vários problemas de saúde e sofrimentos vividos, tais como: aumento de peso, distúrbios do sono, depressão, síndrome de *burn-out*, angústia, medo, insegurança, pensamentos obsessivos, crises de choro, dificuldades interpessoais, problemas dermatológico, processos infecciosos e acidentes de trabalho. Esta realidade muito se assemelha ao que também foi encontrado por Lourenço (2017) que investigou os assistentes sociais da saúde.

Por fim, vale mencionar que a precarização do trabalho tem atingido gravemente também os assistentes sociais que atuam na docência tanto em instituições públicas como privadas, sobretudo se considerarmos a emergência da pandemia da Covid-19 a partir de março de 2020. A pressão do mercado sobre a educação, em todos os níveis, já vem de longas datas se impondo e provocando a precarização dos serviços públicos e também das relações e condições de trabalho dos professores. Contudo, o cenário pandêmico se impõe e, com ele, o ensino remoto se instala até mesmo em áreas que vinham resistindo, como é o caso do serviço social. Assim, o que já estava sendo fragilizado na educação pelas ações (ou omissões) da contrarreforma do Estado, se agudiza mais ainda com o ensino remoto. Sobre o avanço do ensino remoto nos últimos tempos, Vallina, Pinheiro e Barroco (2020), consideram " [...] que tal atividade tem aprofundado o desgaste físico e mental dos professores (estresse, sofrimento, adoecimento) e representa uma precarização e intensificação do trabalho docente [...]" (p.72).

Diante do exposto, é preciso reconhecer que o avanço e fortalecimento do conservadorismo nos dias de hoje nos exige a realização de debates, reflexões e pesquisas como forma de estabelecer trincheiras de conhecimento e resistência, as quais poderão servir para potencializar o trabalho profissional frente aos obstáculos que são maiores a cada dia. O tempo presente é notadamente marcado pela precarização do trabalho, regressão de direitos sociais e pela desconstrução da proteção social brasileira que vinha sendo construída a partir da Constituição de 1988.

É nessa conjuntura adversa que milhares de assistentes sociais trabalham nos mais diversos espaços sócio ocupacionais.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Procad/Amazônia tem possibilitado ricos momentos de formação para discentes e docentes envolvidos nas atividades realizadas entre UFAM, UFPA e PUCRS. O tema trabalho profissional ocupa espaço de grande relevância nas discussões, nas formações e também nas atividades de pesquisa. Nesse sentido, este artigo buscou condensar um pouco dos estudos acumulados até o presente momento no que diz respeito às categorias: trabalho profissional; projeto ético-político; proteção social e; regressão de direitos.

Sem sombra de dúvidas, as reflexões evidenciaram que são enormes e diversos os enfrentamentos postos à área de serviço social na atualidade. O trabalho profissional e o compromisso ético-político, que lhe é intrínseco, têm sido grandemente desafiados frente ao contexto de recuo da proteção social e de avanço das formas de precarização do trabalho. Obviamente que essa realidade afeta não apenas os assistentes sociais, mas a classe trabalhadora de forma geral. Todavia, os assistentes sociais possuem um desafio peculiar, que é resistir ao projeto neoliberal para as políticas sociais, como profissional da área e também como usuário, além de reafirmar, mesmo nesse contexto tão adverso, o compromisso com a construção de uma sociedade justa.

No tempo presente, a perspectiva conservadora, que parecia adormecida, ressurge com força tanto no trabalho como na formação em serviço social. Este quadro nos mostra a importância de se conhecer a trajetória histórica da profissão, uma vez que revisitar as causas da recusa às praticas conservadores no passado pode servir de inspiração para o fortalecimento do posicionamento crítico contido no projeto ético-político em vigor. É indubitável que os profissionais de serviço social necessitam de força e articulação diante dos entraves que se apresentam e que, muitas vezes, podem parecer intransponíveis.

Como vimos, a atualidade do projeto ético-político vigente é irrefragável. Este projeto dá conta de subsidiar a atuação numa perspectiva crítica e a autonomia relativa do profissional diante dos dilemas que se põem no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais nos tempos atuais. São tempos duros, mas é preciso fortalecer as bases que subsidiam a profissão de serviço social, com vistas à criação e fortalecimento das resistências. Nessa linha, consideramos importante a ampliação dos debates, a qualificação profissional permanente e o engajamento de profissionais (e também de estudantes) nas lutas por direitos sociais e ampliação da proteção social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10.> Acesso em: 15 set 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (Orgs.) **Crise do capital e fundo público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 124. out/dez, 2015.

BRASIL. **Lei 8.662/93 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Coletânea de Leis. Conselho Regional de Serviço Social 15ª. região Amazonas/Roraima. Manaus: Editora Valer, 2009.

BRASIL. **Emenda Constitucional n°. 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 18 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIA. (CFESS). **Código de Ética do Assistentes Social.** Brasília, 1993. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

_____. Perguntas frequentes. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social, "questão social" e trabalho em tempo de capital fetiche. n: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019.

LOURENÇO, Edvânia. Trabalho e Saúde das Assistentes Sociais na área da Saúde. **Revista Temporalis.** Brasília, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

NETTO, José Paulo**. Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1.

VALLINA, Kátia de Araújo Lima; Hamida Assunção PINHEIRO, Cliva Costa BARROCO. Armadilhas do ensino remoto: o redirecionamento do ensino superior e as implicações para a saúde. In: PINHEIRO, Hamida Assunção et al. (Org). **Serviço Social e os dilemas da saúde em tempos de pandemia**. Alexa Cultural: São Paulo; Edua: Manaus, 2020.

VICENTE, DAMARES. Serviço Social e desgaste mental. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

A MEDIAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL: reflexões para a pesquisa do Procad Amazônia

Jane Cruz Prates[8]

Resumo: O presente artigo tece algumas reflexões que compõe os debates do PROCAD Amazônia sobre a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional do assistente social, especialmente a partir do momento em que a categoria reconhece o Serviço Social como trabalho, ou seja, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem como objeto as refrações da questão social. Sendo profissão e ao mesmo tempo área do conhecimento e formação regulamentada de nível superior, no Brasil, forma para o trabalho, com direção social definida por um projeto ético-político construído coletivamente, se alimenta dessa inserção para qualificar-se processualmente e gera conhecimentos gerais e particulares que são fruto dessa relação. Especializa-se como resultado de seu amadurecimento histórico e político, de sua relação com a sociedade, das lutas e experiências acumuladas, de sua organização incluindo profissionais e estudantes da área e das pesquisas que decorrem da Pós-Graduação que, por sua vez, realimentam com fundamentos o trabalho e a formação e problematizam a sua inserção nos mais diversos espaços e processos de trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social, trabalho e formação, PROCAD Amazônia, processos sociais.

Abstract: This article weaves some reflections that make up PROCAD Amazônia's debates on the inseparability between the formation and professional work of social workers, especially since the category recognizes Social Work as work, that is, as a profession inserted in the social and technical division of work that has as its object the refractions of the social issue. Being a profession and at the same time an area of knowledge and regulated higher education, in Brazil, a way to work, with social direction defined by a collectively constructed ethical-political project, it feeds on this insertion to qualify itself procedurally and generate general knowledge and particulars that are the result of this relationship. It specializes as a result of its historical and political maturation, its relationship with society, the struggles and accumulated experiences, its organization including professionals and students in the area and the research resulting from the Graduate Program which, in turn, feed back with fundamentals the work and training and problematize their insertion in the most diverse spaces and work processes.

[8] Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003) e Pós-doutora em Serviço Social pela PUCSP (2016). É coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS desde 2010. Atua neste projeto Procad Amazônia também como coordenadora representante da PUCRS (Instituição associada 1). E-mail: jprates@pucrs.br.

Keywords: Social Work, work and training, PROCAD Amazon, social processes.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão e uma área de conhecimento, cuja formação no Brasil é de nível superior, exige, portanto, a Graduação e o registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) para o exercício profissional e dispõe de uma Pós-Graduação potente e pujante, apesar de jovem, que alimenta com a produção de bens simbólicos as bases para a formação e o trabalho profissional. O Brasil é o primeiro país na América Latina que implanta doutorado em Serviço Social e a profissão é regulamentada no País como profissão liberal, pela Lei 8662/93 e dispõe de um Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) o que não ocorre em todos os países latino-americanos.

Essa profissão é fruto de conquistas coletivas, capitaneadas por um conjunto de entidades representativas da categoria. As entidades representativas do Serviço Social na atualidade, são **o** Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essas entidades, juntamente com as associações profissionais e as organizações sindicais, conformam as instâncias político-organizativas do Serviço Social no Brasil, que se constituem como um dos componentes que materializam os elementos constitutivo do projeto ético-político da profissão. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

O Serviço Social é uma área que opta pela fundamentação critica radical, no sentido de buscar a raiz das refrações da questão social, em suas múltiplas expressões de desigualdades e resistências, reconhecidas como seu objeto de trabalho, cujas bases são fundamentadas pela produção marxiana e marxista. Logo, os valores pelos quais coletivamente optamos se contrapõem a lógica da barbárie imposta pelo capital. Porém é conveniente demarcar que suas características na América Latina se agravam por sermos países de capitalismo tardio, dependente e

periférico, marcados por longos processos de colonialismo, escravismo e ditadura e transferirmos valores do que produzimos aos países imperialistas.

Esses processos subalternizadores, que interditam a participação mais consistente da classe trabalhadora estão na base do conservadorismo, nunca superado na sociedade brasileira e que se revigora no contexto presente de profunda crise do capital, que se agudiza pelo contexto da pandemia do covid-19, nos marcos de um governo de ultradireita, fundamentalista e autoritário, como o de Bolsonaro.

É nesse solo histórico adverso, de profundos retrocessos no âmbito dos diretos e das liberdades democráticas, que problematizamos a formação e o trabalho do/da assistente social, de modo absolutamente interconectado. Os Programas Nacionais de Cooperação Acadêmica - PROCADS e o PROCAD Amazônia, em particular, são fundamentais para o nosso fortalecimento enquanto área de conhecimento e profissão, logo, precisamos de mais investimentos governamentais em Programas desse tipo nesse País de dimensões continentais, tão maltratado, tão rico na sua diversidade e nas suas particularidades regionais que podem ser intercambiadas, ampliando saberes, parcerias e vínculos, mas que ainda mantém desigualdades regionais muito significativas.

Pretendemos tecer algumas reflexões sobre a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional do assistente social, especialmente a partir do momento em que a categoria reconhece o Serviço Social como trabalho, ou seja, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem como objeto as refrações da questão social. Sendo profissão e ao mesmo tempo área do conhecimento e formação regulamentada de nível superior, no Brasil, forma para o trabalho, com direção social definida por um projeto ético-político construído coletivamente, se alimenta dessa inserção para qualificar-se processualmente, se transforma nesse processo e gera conhecimentos gerais e particulares que são fruto dessa relação. Especializa-se como resultado de seu amadurecimento histórico e político, de sua relação com a sociedade, das lutas e experiências acumuladas, de sua organização incluindo profissionais e estudantes da área e das pesquisas que decorrem da Pós-Graduação que, por sua vez, realimentam com fundamentos o

trabalho e a formação e problematizam a sua inserção nos mais diversos espaços e processos e trabalho.

2. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

Somos uma área complexa, ainda muito jovem, com pouco mais de 80 anos, se comparada, a outras, milenares, que conosco dividem trabalhos interdisciplinares. Fomos reconhecidos como área de conhecimento pela Capes há apenas pouco mais de 15 anos. Nossa maturidade intelectual, fruto de uma organização como categoria mais crítica e da criação de Pós-Graduação na área, na América Latina e no Brasil, tem cerca de 50 anos.

Surgimos com o desenvolvimento do capitalismo e por alguns anos contribuímos favorecendo o seu crescimento buscando controlar e adaptar a classe trabalhadora, mesmo que abrigando movimentos na sua contramão ou preocupados em constituirmos bases para profissionalizar o nosso trabalho. Nossos caminhos foram permeados, por muito tempo, por fortes relações com a igreja, o assistencialismo e o voluntarismo.

Nos reconhecemos como profissão e como trabalhadores e trabalhadoras também há pouco tempo, cerca de 40 anos e é importante ressaltar que, as ciências duras tendem a recusar que as profissões sejam áreas de conhecimento, mas nós nos assumimos como tal e sem dúvida produzimos conhecimentos e ainda teimamos em assinalar a perspectiva interventiva, como uma particularidade que nos caracteriza.

Formamos para o trabalho e os espaços construídos nos diferentes âmbitos do trabalho e na relação com áreas diversas tem contribuído para a formação e a constituição da identidade profissional do/a assistente social, logo não há como dissociar um processo do outro. Embora as fragmentações sejam uma característica do modo de produção capitalista, por uma questão de método e de uma visão que se orienta pela totalidade, não as isolamos, reconhecendo que as interconexões necessárias lhes alteram o sentido.

Essas duas características, nos são muito caras porque constitutivas – o trabalho e o caráter interventivo - ambas nos aproximam da fundamentação marxiana. A teoria marxiana tem o trabalho como categoria ontológica central e o reconhece como elemento chave na produção do valor, por essa razão, mas como contraponto é a partir do trabalho que ocorre a captura dos processos de trabalho e dos trabalhadores via alienação e estranhamento, tema trabalhado por Marx em diversas obras, mas em especial na obra O capital (1989) Ademais, a teoria marxiana tem a prática como critério de verdade, porque reconhece que os processos transformadores precisam ultrapassar o plano da análise e do discurso e serem passíveis de materialização. Nesse sentido Marx (2009) não fala de qualquer prática, mas de uma prática com direção social definida e instruída pela teoria, logo uma práxis ou teoria em ação.

A aproximação aos fundamentos marxianos e marxistas nos auxiliaram a reconhecer nosso lugar no mundo, a identificar nosso objeto de trabalho como fruto das refrações de uma contradição, os rebatimentos entre os conflitos em disputa na relação entre capital e trabalho, no modo de produção capitalista, uma contradição que se expressa através de desigualdades, mas também de resistências. Por fim, almejar contribuir para transformá-lo, o que não se faz sem análise crítica, fundamentada pela teoria e por um método que vá à raiz, à origem do conjunto de determinações que conformam essa realidade social contraditória, é outro aspecto que nos aproxima desse referencial teórico. Para tanto nossas cadeias de mediações precisam ter a transversalidade da pesquisa e da ética para que se solidifiquem. (PRATES, 2003)

A partir de então construímos importantes valores coletivos, na relação com a sociedade do nosso tempo, assumimos compromissos, bandeiras de luta, pautamos diretrizes para a formação e o trabalho profissional no âmbito da Graduação e orientações para a formação de recursos humanos de alto nível, professores e pesquisadores na Pós-Graduação.

Mas esse conjunto de avanços, que são muitos e construídos em tempos adversos, ainda precisam ser capilarizados de modo mais efetivo com o coletivo profissional e este é um de nossos grandes desafios, especialmente em tempos de

precarização do ensino e do trabalho, em tempos de negacionismo e desvalorização da ciência e do pensamento crítico. Seguimos com marcas larvares do conservadorismo em nosso corpo profissional, ainda não superadas, que ressurgem em momentos de retrocesso como o que vivemos hoje. São exemplos desses retrocessos no seio da profissão a defesa de um serviço social clinico, tecnicista e fragmentado, limitado aos interesses do mercado, de caráter conservador e mantenedor da ordem vigente. Como bem ressalta Lefebvre (1968, 56) "As ideologias constituem mediações entre a práxis e a consciência (isto é, a linguagem). Mediação que pode também servir de anteparo, obstáculo e bloquear a consciência".

O que somos, como e em que direção trabalhamos, numa conjuntura de acentuado conservadorismo, por si só já nos impõe muitos desafios. Soma-se a isso a marca do feminino que continua sendo predominante em nosso corpo profissional, numa sociedade machista, o fato de trabalhamos majoritariamente com sujeitos subalternizados, invisibilizados, discriminados, estigmatizados, interditados, numa sociedade que não os reconhece e os reduz a números.

Defendemos um projeto ético politico que reconhece a diversidade humana e temos a clareza de que o capitalismo produz riqueza para poucos e pobreza para muitos, ou seja, que quanto mais amplia-se a produção capitalista, em igual proporção cresce o desemprego, a pobreza, o sobretrabalho, a desvalorização da força de trabalho, o que Marx muito bem explicitou através da Lei Geral de Acumulação Capitalista (1989). Em razão de tudo isso almejamos superar esse modo de produção, por novas formas de sociabilidade humana, em o domínio de uma classe sobre a outra. Porém e felizmente já superamos a visão messiânica de que, como categoria, poderíamos fazer essa transformação, hoje reconhecemos que somos parte da classe trabalhadora e que essa é uma tarefa de toda a classe.

As estratégias para manter a força e a hegemonia desse projeto, com base em argumentos consistentes e o desvendamento das ideologias que nos capturam cotidianamente é outro grande desafio, projeto este que precisa ser introjetado na formação e materializado no trabalho profissional. Do mesmo modo precisa ser reiterado sistematicamente pela formação permanente e avaliadas as formas como vem sendo mediado no cotidiano profissional.

A Pós-Graduação pode e deve subsidiar o adensamento de argumentos, com reflexões densas, com base em dados de pesquisa, subsidiando formação e trabalho para disputar as narrativas e trabalhar processos sociais emancipatórios, aqueles que instigam participação, organização, consciência, mobilização, como contraponto aos processos subalternizadores que acomodam, subjugam, destituem, interditam. E nesse sentido a mediação das linguagens, das formas de comunicação por redes, pela arte, pelo cinema, pela expressões de grupos periféricos precisam ser apropriadas e articuladas na formação e no trabalho, como estratégias inovadoras e potentes (PRATES, 2016).

Avaliamos que a Pós-Graduação ainda se preocupa pouco em debater as demandas da Graduação, no sentido de atender aquilo que precisa ser aprofundado tanto em termos de conteúdo, de novas demandas postas pela sociedade, de novas pressões advindas do sobretrabalho e das novas formas sutis de alienação e estranhamento, como em termos de processos pedagógicos alternativos, contra hegemônicos. Debater e enfrentar os desmontes dos direitos e do ensino superior em particular, a sua desqualificação progressiva, é absolutamente necessário, porque precisamos formar profissionais críticos, com cadeias de mediações solidamente constituídas que possam ser enriquecidas pela sistemática articulação teórico-prática orientada pela totalidade e suas contradições, pelo movimento sistemático entre universal e particular, por análises de conjuntura, pelo reconhecimento de que é preciso ir a história para entender o presente. Precisamos formar profissionais que pronunciem o mundo, como diz Paulo Freire (1987) com firmeza e sensibilidade e que sejam propositivos.

Entendemos que o debate acerca do mundo do trabalho e as contradições entre suas formas concretas e abstratas precisam ser trazidos para a formação e o compromisso com a formação permanente precisa viabilizar que as unidades de ensino levem os debates realizados na academia às bases profissionais que, por sua vez, precisam a reconhecer a formação permanente como um compromisso dos/as trabalhadores para com a sociedade. Serviços de qualidade requerem formações permanentes de parte de qualquer profissão. Uma perspectiva efetivamente dialético-materialista e histórica reconhece que esses dois processos concretos e permeados

de contradições se realimentam e, portanto, não podem ser dicotomizados sem gerar prejuízo para ambos, formação e trabalho.

Os fundamentos dessa profissão são essenciais nesse sentido, eles precisam ser adensados na Pós-Graduação e mediados com a Graduação, assim como o método e como o sistemático debate acerca das Política e dos processos sociais, que também precisam ser reconhecidos como espaços contraditórios, nem romantizados, nem demonizados, mas entendidas como necessários numa sociedade historicamente tão desigual. Mas para isso nossa inserção no âmbito das políticas não pode se restringir ao mero procedimentalismo, a mera reprodução mecânica do já produzido, ao cumprimento de normativas estabelecidas e orientações técnicas, subsumidas no gerencialismo. Precisamos contribuir com a crítica construtiva de políticas e processos para que não reiterem a desproteção, os estigmas as interdições.

Nessa direção é preciso que os direitos humanos perpassem todos esses processos e espaços, no sentido ético profundo de recusa a desigualdade, de busca por um patamar de dignidade humana materializável, não abstrata, o que inclui acesso, reconhecimento, respeito e a garantia das seguranças que compõem a proteção social, bem como o reconhecimento das particularidades de gênero, étnico-raciais, de ciclo vital e de classe social.

Hoje, nos marcos de um governo, reiteramos, conservador, fundamentalista e de ultradireita, como o de Bolsonaro, todos esses valores são rechaçados, e eles não ameaçam só o projeto ético político do Serviço Social, essa recusa se espraia por nossas vidas, em todas as áreas: recusa de liberdade de pensamento, recusa da diversidade, recusa de educação, de saúde, de trabalho, recusa de organização politica, recusa de participação e de democracia, portanto ameaçam a nossa sociabilidade.

Marx (2011) diz que as crises são intrínsecas ao capitalismo, que elas surgem para retirar direitos e intensificar o trabalho e mais, diz que durante as crises o capitalismo mostra sua face mais cruel, mais selvagem, o descarte da mercadoria força de trabalho. Durante as crises quando deveríamos ter mais proteção social do

estado, os primeiros recursos que são subtraídos são das políticas que compõem a seguridade.

O Brasil é o país com mais mortes no mundo, pela Conid-19, apenas atrás dos EUA. A Índia, cuja população é 6 vezes maior do que a brasileira, tem número de mortes menor que a do Brasil cerca de 424 mil. A pandemia que já ceifou no mundo mais de 4 milhões de vidas, e no Brasil 558 mil (GAZETA DO POVO, 2021) encontra aqui um Sistema Único de Saúde capilarizado em todo o território nacional, porém sucateado pela EC95, e se não tivéssemos o SUS os agravos seriam ainda muito maiores, o SUS é um patrimônio nosso, mas a saúde é também um nicho de mercado que o capital almeja.

O sars-cov-19, apesar do SUS, tem no Brasil um terreno fértil para a sua reprodução, um governo negacionista, irresponsável, para quem o lucro se sobrepõe a vida, o lucro se sobrepõe a preservação da natureza e aqui também estamos falando de vida. Encontra grandes contingentes populacionais vivendo em habitações precárias, o que impede o isolamento social, sem condições de saneamento ambiental, sem emprego, com fome, com pouco acesso à informação. Desocultar esses processos, dar visibilidade a suas conexões, subsidiar, com dados, os movimentos sociais que lutam pela vida, são desafios que precisam ser respondidos por nossas pesquisas, pela formação e o trabalho profissional.

Durante a pandemia vivenciamos medos, perdas, se agudizam mais as desigualdades, mulheres, negros, índios estão mais expostos ao contágio, pela desproteção a que estão sujeitos, pela ocupação de postos de trabalho que os obriga a se expor mais, pela responsabilidade pelos cuidados, este debate tem sido feito pela área, assim como o debate sobre a precarização do trabalho e do ensino. A pandemia impôs um ritmo brutal de trabalho que faz com que os sujeitos adoeçam, ampliou a desregulamentação do tempo de trabalho que se estende de modo invisível e não pago. Impõe novas formas de comunicação que talvez perdurem no pós-pandemia, uma vez que se mostraram mais baratas ao capitalista.

Os dados mostram o agravamento das desigualdades. O desalento, no País, chega a níveis exorbitantes, mais de 5 milhões, segundo o IBGE (2021) nem procuram emprego, somando-se aos 14,6 milhões de desempregados que engrossam as fileiras

dos 13,5 milhões que vivem na miséria. E esse processo avassalador atinge sobremaneira aos jovens, pois a brutal queda no número de participantes do ENEM mostra a sua descrença nas possibilidades de qualificação ou de trabalho. São apenas 3,1 milhões inscritos no ENEM em 2021, índice mais baixo dos últimos 16 anos. O exame chegou a ter 8,7 milhões de inscritos em 2014. (O GLOBO, 2021).

Na mesma direção o relatório do Unicef mostra que, em novembro de 2020, havia cerca de 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos sem qualquer tipo de acesso à educação no Brasil (UNICEF, 2021).

Fala-se em plataformização dos serviços, em alternativas hibridas de trabalho, o que significa não só a ampliação do trabalho precário, mas a redução e a extinção de postos de trabalho. Esses debates precisam ser realizados pela pós-graduação, as sequelas da pandemia também precisam ser equacionadas, novos agravos dela decorrentes precisam ser investigados. A redução do trabalho assalariado tem impacto importante no financiamento da previdência, temos que buscar formas de garantir a segurança na velhice, na necessidade de afastamento, enfim temos que enfrentar como sociedade e como sujeitos que trabalham e produzem conhecimentos o desafio de buscar estratégias coletivas para incidir sobre tudo isso que diz respeito à formação e ao trabalho do/da assistente social tema do PROCAS Amazônia.

3. À GUISA DE UMA BREVE TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA

Buscamos no presente artigo pontuar alguns elementos que dão visibilidade a indissociabilidade entre trabalho e formação, retomamos aqui nos marcos dessa breve totalização provisória os elementos mais relevantes para essa afirmação. A própria opção da categoria profissional, após a intenção de ruptura, pelos fundamentos do materialismo dialético e histórico como referencial que da base para a delimitação do objeto de trabalho profissional e o modo como se apreende a realidade, ressalta a interconexão entre os processos, na contramão da fragmentação que caracteriza os referenciais utilizados pela perspectiva neoliberal.

O reconhecimento da processualidade ou da historicidade como parte do movimento do real também leva a categoria a constatar a necessidade de uma formação permanente, o que amplia ainda mais essa relação necessária entre

formação e trabalho. As diretrizes construídas coletivamente pela categoria, capitaneadas pela ABEPSS que, a partir de 1996 passam a fundamentar a formação, se direcionam também ao trabalho, sem que hajam separações. A consciência de que formamos para o trabalho e que a categoria trabalho tem centralidade na formação assim como o compromisso ético com a formação permanente deve orientar os trabalhadores da área, faz com que a dicotomização entre formação e trabalho seja inaceitável.

Os desafios postos ao ensino e ao trabalho profissional precisam ser problematizados de forma conjunta, pois tem a mesma origem, as profundas contradições e desigualdades que caracterizam o modo de produção capitalista, precarizando o ensino, o trabalho e a vida da classe trabalhadora.

Esse modo de produção está esgotado, não há dúvidas, mas o novo ainda não está maduro para substituí-lo. Estamos num processo de transição que pode ser muito longo, precisamos ter mais solidariedade de classe, sermos mais acolhedores, parceiros e flexíveis com o outro, precisamos rever alguns valores enquanto sociedade e sustentar aquilo que realmente vale a pena. É também um grande desafio para a área do Serviço Social, manter-se viva, lutar pela universidade pública, de qualidade e gratuita, lutar por bolsas de estudo para alunos e graduação e pós-graduação custeadas pelo governo, pelo financiamento das pesquisas, enfrentar o desmonte que está por trás da reforma administrativa que rouba os direitos dos servidores públicos que prestam os serviços à população.

É um momento duríssimo de retrocessos e ameaças, mas somos uma categoria aguerrida e temos uma Pós-graduação consistente, com direção clara, que já caminhou muito para nos alimentar de modo a continuar construindo uma formação e um trabalho sólidos e consistentes compromissados com os avanços civilizatórios que almejamos.

Neruda, em Ode a Poesia, homenageia com seus versos seu principal instrumento de trabalho, a arte e a poesia, em particular, a ela, sua estrela cotidiana, dedica um lindo Ode, que significa exaltação, como um canto. Concluímos o presente artigo trazendo estratos dessa obra, traduzida por Tiago de Melo, para nos inspirar

para a luta e para nos instigar a sermos criativos em nossas cadeias de mediações, articulando razão e sensibilidade, formação e trabalho.

Diz o poeta:

“Perto de cinquenta anos caminhando contigo, Poesia.
A princípio me emaranhavas os pés
e eu caía de bruços sobre a terra escura
ou enterrava os olhos na poça para ver as estrelas.
Mais tarde te apertaste a mim com os dois braços da amante
e subiste pelo meu sangue como uma trepadeira.
E seguiste comigo andando pelo mundo,
contudo já não eras a florida estátua de minha infância.
Falavas agora com voz de ferro, Tuas mãos foram duras como pedras.
Me ajudaste a não cair de bruços, me deste companhia, não uma mulher, não um homem, mas milhares, milhões.
Juntos, Poesia, fomos ao combate, à greve, ao desfile, aos portos, à mina e me ri quando saíste com a fronte tisnada de carvão ou coroada de serragem cheirosa das serrarias.
Já não dormíamos nos caminhos.
Esperavam-nos grupos de operários com camisas recém-lavadas e bandeiras rubras.
E tu, Poesia, antes tão desventuradamente tímida, Foste na frente e todos se acostumaram ao teu traje de estrela cotidiana,
`Porque mesmo se algum relâmpago delatou tua família, cumpriste tua tarefa, teu passo entre os passos dos homens.
Eu te pedi que fosses utilitária e útil, como metal ou farinha,
disposta a ser arada, ferramenta, pão e vinho, disposta, Poesia, a lutar corpo-a-corpo e cair ensanguentada.
Obrigado terra de cada um de meus dias, vapor celeste e sangue de meus anos, porque me acompanhaste desde a mais diáfana altura até a simples mesa dos pobres, porque puseste em minha alma sabor ferruginoso e fogo frio, porque me levantaste até a altura insigne dos homens comuns,
Porque contigo, Poesia
enquanto me fui gastando, tu continuaste desabrochando tua frescura firme, teu ímpeto cristalino, como se o tempo que pouco a pouco me converte em terra fosse deixar correndo eternamente as águas de meu canto”

4. REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

CFESS, Código de Ética dos Assistentes Sociais. Lei 86.62/93. Disponível em http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao

CFESS, Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Disponível em http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

GAZETA DO POVO. Números do Coronavirus. Disponível em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/ Acesso em 02/08/2021

IBGE. Desemprego, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php

LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Forence, 1968.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O Capital. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Livro 1. v. I. 1989

NERUDA, Pablo. Ode à poesia. Disponível em: https://www.escritas.org/pt/t/4357/ode-a-poesia

O GLOBO, 2021. Enem 2021 tem 4 milhões de inscritos, menor número desde 2007. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/07/15/enem-2021-tem-4-milhoes-de-inscritos.ghtml

PRATES, J. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre) v. 15. N. 1, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3215/321546615001.pdf

TEIXEIRA, Joaquina B.; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS (Org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009a, p. 1- 18. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-20160806040743190286 0.pdf. Acesso em Maio de 2021.

UNICEF, Relatório Impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes. 2021 Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-segunda-rodada